

# Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento

Carlos Manuel Gonçalves<sup>1</sup>

## Resumo

O texto que se apresenta aborda os desenvolvimentos da análise sociológica das profissões nas décadas mais recentes, em particular no contexto da Europa continental. Abordagem que será antecedida pela explanação dos principais marcos teórico-metodológicos que sedimentaram o campo analítico ao longo do século XX. Verifica-se presentemente uma intensificação da reflexão sociológica sobre os grupos profissionais. Reflexão que retoma, embora em novos moldes, algumas das questões axiais que estruturam a abordagem sociológica e, em simultâneo, integra questionamentos inovadores sobre o fenómeno profissional. A diversidade de temas e de abordagens impossibilita que se possa detectar uma “sociologia europeia das profissões”. Num último ponto passaremos em revista a produção sociológica portuguesa sobre os grupos profissionais.

**Palavras-chave:** Profissões, desenvolvimentos da análise sociológica das profissões, regulação profissional.

A análise sociológica das profissões e das ocupações em geral apresenta-se como um instrumento importante, por intermédio dos seus modelos analíticos e resultados de investigações empíricas, para a leitura cientificamente fundamentada das plurais recomposições sociais, económicas e culturais que atravessam o mundo do trabalho nas actuais sociedades globalizadas, em particular as da América do Norte e da Europa.

Desde os anos trinta do século XX que, no quadro da análise sociológica das profissões, se assiste à reconstrução continuada de quadros teórico-metodológicos sobre o fenómeno profissional com pontos de contacto entre si,

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia (cmgves@letras.up.pt).

mas, igualmente notórias clivagens<sup>2</sup>. A evolução histórica dessas problemáticas é fortemente tributária dos contributos da sociologia anglo-americana. Todavia, nas últimas décadas, o panorama teórico alterou-se substancialmente, no sentido de um interesse crescente e sustentado por parte dos sociólogos da Europa continental, traduzido no incremento de investigações e de formulações teóricas específicas<sup>3</sup>.

Da leitura de diversos textos (Collins, 1990; Macdonald, 1995; Freidson, 1994; Dubar e Tripier, 1998; Rodrigues, 1998; Evetts, 2003a; Martínez e Carreras, 2003), ressalta, como um dos elementos comuns, a divisão em fases do percurso histórico daquela análise. Embora as periodizações estabelecidas não sejam idênticas entre os autores, é possível uma delimitação de fases com fronteiras temporais não traçadas em definitivo: uma primeira que engloba a definição do campo de análise, por via do predomínio das teses funcionalistas, mas também do contributo dos interaccionistas simbólicos, e que ocorreu entre os anos trinta e os anos sessenta do século passado; uma segunda, de crítica às teses funcionalistas e de emergência das teses revisionistas até aos finais dos anos setenta; uma terceira, na década seguinte, de sedimentação da diversidade de quadros teórico-metodológicos, ampliando perspectivas desenvolvidas na fase anterior, colocando-se, por exemplo, a ênfase analítica no poder e monopólios profissionais e numa abordagem sistémica das profissões; uma quarta fase, que vem ocorrendo nos últimos quinze anos em que ganham destaque quer a abordagem comparativa dos fenómenos profissionais, quer o incremento da produção sociológica na Europa continental, quer ainda a emergência de novas problemáticas teóricas (permeando as duas anteriores). O objecto principal do presente texto será o de equacionar os principais desenvolvimentos que vem assumindo a análise sociológica mais recente sobre as profissões, em particular no contexto da Europa continental, o que será antecedido por uma apresentação, breve e sintética, de algumas das problemáticas teórico-metodológicas que sedimentaram o campo disciplinar.

## **1. Perspectivas dos funcionalistas e dos interaccionistas**

A obra dos britânicos Carr-Saunders e Wilson (1933) é apontada como o marco fundador da abordagem sociológica das profissões. Da sua leitura destaca-se, em primeiro lugar, a definição dos atributos particulares às profissões, e não observáveis nas ocupações comuns, que lhes dão um lugar distintivo no seio da

---

<sup>2</sup> É comum entender-se aquela análise como uma especialidade sociológica, mais propriamente designada por sociologia das profissões para uns ou sociologia dos grupos profissionais para outros.

<sup>3</sup> Em Portugal alguns caminhos teóricos e empíricos vêm sendo realizados sobre as profissões, como veremos mais à frente.

sociedade e, em segundo, a defesa do profissionalismo, na qualidade de sistema de valores, como fundamental para o funcionamento das sociedades capitalistas. Daqui derivam determinadas questões principais, interdependentes, que irão nortear, nas décadas seguintes, as perspectivas funcionalistas: o que é uma profissão? quais os atributos que possuem, em termos de natureza e organização do trabalho e dos valores, que as distinguem das ocupações comuns? qual a função social das profissões? que contributos poderão fornecer para a manutenção das sociedades capitalistas?

A perspectiva funcionalista sobre as profissões (também designada de essencialista ou taxinómica), desenvolvida com maior ênfase nos anos cinquenta e sessenta no seio da sociologia norte-americana, produziu um conjunto abundante de esquemas classificatórios (Goode, 1960; Barber, 1965; Greenwood, 1966, entre outros), que isolam as profissões das restantes ocupações. Às primeiras são-lhes conferidos atributos exclusivos como o altruísmo e a orientação vocacional, a posse de conhecimentos científicos e técnicos, complexos e especializados, obtidos após uma longa formação universitária, utilizados de modo racional e não mercantil, e a orientação das práticas profissionais por princípios éticos e deontológicos. Daqui emerge o conceito de profissão, de natureza enumerativa, tendo como exemplos paradigmáticos os médicos e os advogados, que servirá como tipo ideal para a selecção e identificação das ocupações em geral. Simultaneamente, os sociólogos funcionalistas, no contexto amplo do mundo do trabalho, valorizaram política e socialmente o modelo profissional face ao modelo do trabalho assalariado e ao modelo empresarial.

A par dos esquemas classificatórios, um outro elemento principal do quadro teórico funcionalista sobressai: a concepção das profissões como instrumentos de resposta às necessidades sociais que concorrem para a integração e coesão sociais nas sociedades capitalistas. É Parsons (1958, 1972, 1982) um dos sociólogos que recupera esta tese de Durkheim ([1897] 1973 e [1893] 1984), enfatizando-a na sua análise e rompendo, em simultâneo, com a perspectiva de natureza sociográfica sobre as profissões que era apanágio de outros sociólogos funcionalistas. A posse de conhecimentos científicos e técnicos e o ideal de serviço à colectividade são consideradas como as principais fontes de legitimidade social das profissões e uma garantia da sua imprescindibilidade funcional para as sociedades.

As teses funcionalistas foram fundamentais para a delimitação do campo da análise sociológica das profissões e para a sua valorização no seio da sociologia. Definido o objecto - as profissões - e a metodologia comparativo-taxinómica (entre profissões e entre estas e as ocupações comuns), sucederam-se ao longo dos anos cinquenta e sessenta vários trabalhos cujo contributo se quedou pelo mapeamento, de natureza empirista, das propriedades dos grupos ocupacionais (Cogan, 1953; Goode, 1960; Reader, 1966, entre outros). As análises de Merton (1982), com a mobilização dos conceitos de funções manifestas e de funções latentes, a adopção do conceito de altruísmo institucionalizado e o destaque

conferido aos comportamentos dos profissionais face aos clientes, a par dos trabalhos de Wilensky (1964) sobre as etapas dos processos de profissionalização, a especificidade das atitudes, valores e acções dos profissionais face aos restantes grupos ocupacionais, apresentam-se como marcantes, pela parcial inovação conceptual introduzida no quadro funcionalista. A centralização excessiva na definição dos atributos, a natureza empirista dos estudos, a desafeição pela reflexão teórica como sustentáculo da investigação empírica, a atomização analítica das profissões face às dinâmicas globais do capitalismo nacional constituem eixos da abordagem funcionalista, que concorreram para uma leitura heurísticamente fraca do fenómeno profissional.

A primeira grande ruptura com o quadro funcionalista, ainda no âmbito da sociologia norte-americana, é feita pelos trabalhos de alguns dos interaccionistas simbólicos, nomeadamente Hughes (1958 e 1963). Ruptura feita em vários sentidos e que decorre da posição epistemológica e teórica do interaccionismo quanto à sociedade e à sociologia: a problemática sociológica nuclear radica-se na análise das práticas dos membros de um grupo ocupacional para serem reconhecidos e legitimados socialmente como detentores monopolistas de uma área de actividade profissional, o que lhes confere um elevado prestígio e estatuto social - deste modo é determinante a compreensão dos jogos de interacção social permeados pela conflitualidade e pelo poder de controlar e monopolizar determinadas actividades profissionais<sup>4</sup>; as profissões são objectos da prática quotidiana, não mais de que um *“folk concept”*; a inexistência de uma definição apriorística de profissão, mas uma pluralidade de situações, resultantes de diferentes contextos sociais em que são exercidas as correspondentes actividades laborais; a opção metodológica pelas monografias sobre as ocupações, privilegiando-se sempre as consideradas menos distintivas socialmente (ao contrário do que aconteceu com os funcionalistas que se centraram nos médicos e advogados), observadas por via da observação participante e das histórias de vida, seguindo a tradição etnográfica da Escola de Chicago.

A ausência de uma leitura mais sistémica do fenómeno profissional, inserindo-a no seio das dinâmicas da sociedade capitalista americana dos anos sessenta, concomitantemente à valorização extrema da análise micro-sociológica como eixo único de abordagem, que no entanto possibilitou a elaboração de trabalhos ricos etnograficamente, acabam por constituírem-se nos pontos mais débeis da leitura dos interaccionistas simbólicos sobre as profissões.

A perspectiva dos interaccionistas, que no panorama da sociologia das profissões norte-americana dos anos cinquenta e sessenta ocupou uma posição marginal face aos funcionalistas - os efectivos protagonistas teóricos do campo

---

<sup>4</sup> A principal interrogação enformadora das teses interaccionistas é ilustrativa da sua concepção sobre as profissões - “quais as circunstâncias pelas quais as pessoas que têm uma ocupação tentam torná-la numa profissão, e a si próprios em profissionais?” (Hughes, 1958: 45).

da análise sociológica das profissões então em sedimentação - irá ser, nos anos subsequentes, objecto de uma atenção especial pelos sociólogos críticos das teses daqueles últimos, sendo mobilizada como um dos recursos teórico-metodológicos principais para o estudo das profissões.

## **2. Crítica e revisão dos clássicos. As teses do poder e do monopólio profissional**

Desde meados dos anos sessenta até ao final da década seguinte observa-se uma segunda fase no desenvolvimento da análise sociológica das profissões, caracterizada pelas leituras críticas da perspectiva funcionalista, que se conjugam com um discurso anti-profissional desmistificador das práticas das profissões, da retórica legitimadora da sua existência e igualmente contestatário dos privilégios materiais e simbólicos dos profissionais. No seio da amálgama de tais leituras irão emergir e adquirir destaque as teses do poder e do monopólio profissionais.

As leituras críticas procedem à revisão dos resultados dos estudos funcionalistas e à desconstrução das teses em que assentam. Emergem como principais críticas (Johnson, 1972; Chapoulie, 1973, Roth, 1974; Gyaramati, 1975; Freidson, 1978): a natureza não científica do tipo ideal de profissão, na medida em que é fundamentado numa selecção acrítica dos atributos - não mais do que a duplicação, no discurso sociológico, do discurso auto-justificativo feito pelas profissões - e não validado metodologicamente; a aplicação a-histórica da noção de profissão, desvalorizando os contextos sócio-históricos em que se institucionalizam as profissões; o cunho profundamente essencialista da análise, ocultando a trama de relações e de processos sociais que enformam o fenómeno profissional; a leitura idílica e errónea de que as profissionais orientam a sua acção privilegiadamente pelo altruísmo, ignorando as relações de poder que têm com os clientes; a desadequação do modelo profissional para a análise do trabalho e das dinâmicas profissionais pela sua natureza meramente estereotipada e ideológica.

O movimento revisionista da sociologia das profissões caracteriza-se pela sua diversidade teórica. À unanimidade teórica dos funcionalistas irá seguir-se a emergência de trabalhos sobre as profissões a partir das teses neo-weberianas, neo-marxistas, interaccionistas, entre outras. A par disto, o que sobressai é a eleição de novas problemáticas e de novos questionamentos sociológicos que se situam nos antípodas teóricos do funcionalismo. Numa análise macro, enquadram-se as profissões nas dinâmicas das sociedades capitalistas, dando-se conta dos processos de formação das profissões e como se articulam, por sua vez, com a expansão do sistema económico capitalista, a constituição e sedimentação dos Estados modernos. Numa análise meso, destacam-se: o poder dos profissionais face aos clientes, a outros profissionais e ao Estado; os processos de construção e institucionalização dos monopólios profissionais; as

articulações entre as profissões e a estrutura das classes sociais; os conflitos entre profissões para a apropriação das jurisdições profissionais; a influência cultural e política exercida pelas profissões para benefício dos próprios interesses; a desprofissionalização e proletarização dos profissionais; a retórica legitimadora da ideologia profissional.

Estas são algumas das problemáticas emergentes no decurso da segunda fase do percurso da abordagem sociológica das profissões, expressando em parte os “novos tempos”, pautados pela crise económica e social, de meados dos anos setenta, que se impunha rapidamente depois da época áurea para o mundo do trabalho que tinham sido as décadas anteriores.

É, actualmente, consensual que no equacionamento das novas problemáticas sociológicas sobre as profissões foram cruciais os trabalhos de Jonhson (1972), de Larson (1977) e Freidson (1978). O tema do poder profissional está presente em todos estes trabalhos, conquanto existam diferenças teóricas relevantes. Para Jonhson, a análise das profissões deve centrar-se nas relações de poder que subsistem entre o produtor de serviços profissionais e o cliente. Interessa de sobremaneira compreender como o primeiro controla as relações com o segundo em seu benefício próprio. Conhecimentos especializados não dominados pelo cliente e a indeterminação daí resultante, contribuem decisivamente para as relações de distância social entre os dois e para a dependência do cliente perante o profissional. Criam-se, assim, as condições para o predomínio e controlo por este da relação. Numa aproximação tipológica a esta situação, o autor identifica três tipos de controlo social: colegial; patrocinato; mediado. O profissionalismo é uma forma de controlo ocupacional que integra o primeiro tipo e no qual é o profissional que possui a capacidade de definir as necessidades do cliente - ao invés do que aponta o funcionalismo que argumenta que os profissionais satisfazem necessidades definidas exteriormente às suas acções - e de encontrar os meios para as satisfazer.

Os três tipos de controlo resultam de determinados contextos históricos, que expressam, por sua vez, a evolução do capitalismo, bem como os modos como essa mesma evolução se entrelaça com os processos de profissionalização. Deste modo, a abordagem de Jonhson acaba por dar um contributo importante para a sociologia das profissões: reafirma a análise das dinâmicas das profissões, relacionando-as, numa abordagem mais ampla conceptualmente, que mobiliza a dimensão histórica da profissionalização com a evolução económica e as acções do Estado. Por outro lado, a ênfase no poder das profissões irá igualmente ampliar a visão desencantada sobre o mundo profissional por parte dos sociólogos. A partir do trabalho do autor, e de outros que se perfilham no movimento revisionista das teses funcionalistas (Berlant, 1975; Collins, 1979, por exemplo), deixou de ser admissível ignorar, no quadro dos modelos de análise mobilizados, as estratégias de defesa ou de consolidação protagonizadas pelas profissões dos seus próprios interesses económicos e políticos.

A perspectiva de Larson (1977) alicerça-se fundamentalmente num enfoque diferenciado de Jonhson. Inspirada num esquema teórico, baseado numa síntese entre as teses marxistas e weberianas, o interesse dirige-se para a análise do “projecto profissional” de várias profissões em Inglaterra e nos E.U.A. (médicos, advogados e engenheiros) durante o século XIX, articulando-o com o desenvolvimento do capitalismo. Tal projecto incorpora um processo histórico em que as profissões alcançaram um monopólio legal sobre certas actividades de serviços, criando mercados de profissionais específicos (fechados a não profissionais), garantindo do Estado o reconhecimento legal e a protecção para as actividades dos respectivos profissionais e, obtendo, assim, privilégios acrescidos em termos materiais e simbólicos. O monopólio também se estende a uma área do conhecimento (estabelecendo-se a “exclusividade cognitiva” a favor de uma profissão) e às qualificações profissionais específicas ao grupo, imprescindíveis para o exercício das actividades, as quais são ensinadas nas universidades e legitimadas socialmente por credenciais específicas. Paralelamente, subsiste um processo histórico de mobilidade social, individual e colectivo, dos profissionais que lhes possibilita o acesso a posições marcadas por um estatuto social elevado. O monopólio de um mercado de serviços profissionais e o fechamento cultural por parte de um grupo profissional conduz ao seu fechamento social (“*social closure*” - conceito retomado de Weber). Este fechamento é o objectivo primeiro das profissões.

Não obstante estar circunscrita ao espaço anglo-americano, a heurística da leitura de Larson provém, pelo menos, dos seguintes elementos teóricos: concepção das profissões como actores sociais; articulação entre mobilidade social e controlo monopolista do mercado (perfilhando aqui, como em outros elementos do seu modelo teórico, a perspectiva de Weber de que as profissões têm simultaneamente interesses económicos e sociais); análise sócio-histórica dos projectos profissionais; cruzamento analítico entre a acção dos grupos profissionais, as suas relações com o Estado, os modos como este se posicionou face ao desenvolvimento das profissões e o papel das universidades, na dupla qualidade de instituições de produção dos conhecimentos científicos, em que se fundamenta a profissão, e de profissionais credenciados; recusa da existência de um único modelo de profissionalização.

As teses de Larson sofrem alguma contestação, principalmente quanto a uma valorização excessiva dada pela autora à concretização do monopólio profissional (Halliday, 1983 e 1985), o que não tem impedido a relevância do seu contributo, como demonstram os estudos empíricos (Macdonald, 1984; 1989 e 1995), por exemplo, e a sua eleição como padrão de referência teórico-metodológico para a abordagem da profissionalização (Dubar e Tripier, 1998). A questão do fechamento social das profissões irá ser aprofundada por Parkin (1978), no quadro mais lato da sua teoria sobre a estratificação social, demonstrando que a profissionalização não é mais do que uma estratégia de fechamento assente

no credencialismo, bem como por Collins (1979; 1990), que avança com a tese das profissões combinarem sempre dois aspectos: "market closure" e "high occupational status honour". As actuais análises (Saks, 2003), que apontam para que a abordagem neo-weberiana sobre as profissões não tenha prestado a devida atenção à inserção das profissões na divisão do trabalho, não ferem a relevante importância que esta tem na consolidação da sociologia das profissões, como análise sociológica das profissões nos anos setenta e seguintes. As análises sobre os processos de monopolização da medicina, na Inglaterra e nos E.U.A., de Berlant (1975) e da medicina britânica de Parry e Parry (1976), bem como, mais recentemente, de Witz (1992) sobre as relações entre género e profissionalismo, são textos que igualmente concorrem para aquela relevância.

Ao contrário de Johnson e Larson, Freidson apresenta-se como um sociólogo com uma vasta obra publicada até à actualidade. Retendo aqui unicamente duas das primeiras e principais (Freidson, 1978; 1986)<sup>5</sup>, sobressai uma tese fundamental, a profissão é uma forma de organização do mercado de trabalho que assenta em três elementos fundamentais que sustentam o seu poder: autonomia técnica por via do controlo da natureza e da forma como é executado o trabalho (neste sentido o profissional é um *expert*); monopólio de uma área de conhecimento especializado e institucionalizado, o qual sustenta essa autonomia; credencialismo (a forma que assume o "gatekeeping") que permite o acesso à profissão somente dos que detêm credenciais ocupacionais ou institucionais. A profissão não é mais de que uma ocupação com uma posição particular no seio da divisão do trabalho que lhe possibilita controlar, em exclusividade, o seu próprio trabalho. Num texto recente Freidson (2001) avança com a formulação do ideal-tipo de profissionalismo constituído por elementos interdependentes: trabalho especializado assente num corpo teórico, no uso discricionário do conhecimento e das competências pelo profissional; jurisdição exclusiva e uma divisão do trabalho controladas pela profissão; posição de monopólio no mercado baseada em credenciais qualificacionais criadas pela profissão; existência de um programa formal de ensino, ao nível superior, produtor dessas credenciais e controlado pela profissão; existência de uma ideologia que garanta o reconhecimento social do trabalho profissional, da sua eficiência económica e da validade do conhecimento especializado em que assenta.

O autor distingue-se de outros sociólogos críticos das teses funcionalistas (como, por exemplo, Johnson e Larson), entre outros aspectos, por não enfileirar numa posição de antagonismo radical face às profissões. Pelo contrário,

---

<sup>5</sup> Outros livros são de considerar - Freidson (1994 e 2001). Ambos reúnem um conjunto de textos publicados, em diferentes datas, pelo autor. Retomaremos, mais à frente estas obras. A revista *Knowledge, Work & Society* nº 2 de 2006, organizada por Mirella Giannini et Charles Gadea, reúne um conjunto diversificado de textos que analisam a obra de Freidson, em termos dos seus trabalhos sobre a sociologia das profissões e a sociologia da medicina, um ano após o seu falecimento.



defende as virtualidades do profissionalismo nas sociedades capitalistas contemporâneas, reconhecendo, entretanto, os privilégios excessivos auferidos por algumas profissões. Não deixando de ser polémico, justifica a sua postura com três argumentos (Freidson, 1994): o profissionalismo como oposição ao poder administrativo no seio das organizações burocráticas; as profissões são, pela natureza da sua actividade e longa formação escolar, a antítese do trabalho alienado; por último, estas constituem uma forma protectora de organização do mercado de trabalho face à ignorância, à incompetência e, em simultâneo, salvaguardam os interesses dos próprios clientes dos profissionais. No mesmo sentido vão, por exemplo, as considerações de Evetts (2003a).

É tendo por base esta postura, não completamente desencantada face às profissões, que Freidson (1986) será um crítico contundente das teses da proletarianização (Oppenheimer, 1973; Derber, 1983) e da desprofissionalização (Hall, 1975), mas igualmente um céptico face à leitura de Bell (1976) sobre a sociedade pós-industrial, que conferia aos profissionais um acentuado domínio social e político.

### **3. Perspectiva sistémica**

A terceira fase do desenvolvimento da análise sociológica das profissões, durante os anos oitenta, distingue-se pelo aprofundamento das teses do poder e dos monopólios profissionais, e pela afirmação de uma perspectiva sistémica e complexa sobre o fenómeno profissional. Verifica-se, igualmente, um decréscimo das críticas mais contundentes quanto às profissões e o início de uma releitura da inserção destas nas sociedades capitalistas, sujeitas a uma intensificação dos processos de globalização económica e financeira.

No decurso daqueles anos, o trabalho de Abbott (1988) ganhou uma notoriedade indiscutível. Recuperando alguns dos contributos teórico-metodológicos expressos pelos funcionalistas, pelos interaccionistas simbólicos e pelos defensores das teses do poder profissional, o autor formula um novo quadro conceptual sobre as profissões e os processos de profissionalização nas sociedades capitalistas avançadas. Ao contrário de outros sociólogos preocupados com a estrutura das profissões, a sua atenção dirige-se, em primeiro lugar, para a análise da natureza do trabalho dos profissionais. É um nível de observação fundamental para se perceber as práticas dos profissionais, os modos como são mobilizados os conhecimentos produzidos nos espaços académicos e as relações de conflito com outras profissões a propósito do controlo das respectivas jurisdições<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O termo jurisdição significa a relação que existe entre uma determinada profissão e o seu trabalho (Abbott, 1988).

Tendo tal questionamento por base, o autor aponta para um modelo sistémico, tributário de uma leitura ecológica, sobre as profissões, assente em determinados eixos analíticos: i) o conjunto de profissões constitui o que designa por “sistema de profissões” - concepção holística sobre o fenómeno profissional que valoriza a interdependência das relações entre as profissões; ii) a fixação das jurisdições é o objectivo primeiro do desenvolvimento das profissões, o que concorre directamente para uma permanente conflitualidade interprofissional; iii) o conhecimento formal, de natureza abstracta, controlado monopolisticamente por uma profissão é o seu elemento definatório principal e, em simultâneo, o seu primeiro recurso no seio daquela conflitualidade; iv) as profissões não são homogéneas, apresentam-se diferenciadas internamente em grupos ou segmentos, de acordo com as situações de trabalho, mas também em instituições de ensino e de controlo; v) as profissões são sujeitas a mudanças produzidas por forças internas (em que predomina o incremento de novos conhecimentos científicos) e por forças externas (evolução tecnológica e alterações nas organizações), que conduzem a mutações na sua legitimidade social e poder; vi) o poder da profissão é fundamental para manter a respectiva jurisdição e decorre da capacidade de dominação face a outros grupos profissionais, ao Estado e aos clientes ou empregadores.

Dos principais traços aqui apontados, de modo sintético, sobre o trabalho de Abbott (1988), ressalta uma abordagem sistémica das dinâmicas das profissões que heurísticamente coloca a tónica nos processos, complexos, de conquista, sedimentação e de defesa das jurisdições, isto é, nas relações pautadas pelos conflitos entre profissões, bem como nos procedimentos sociais para a resolução desses conflitos, que trespassam o mundo profissional com as suas contingências históricas, sociais e culturais.

No quadro da sociologia americana das profissões dos anos oitenta, o livro de Abbott é a única produção de relevo a par do texto de Freidson (1986) já referenciado. É um período em que se assiste a uma quebra do interesse pelos grupos profissionais (Hall, 1983; Macdonald e Ritzer, 1988). Tal facto expressa, em parte, a desvalorização do tema das profissões e do profissionalismo no seio da comunidade sociológica, resultante do movimento contestatário e revisionista das teses funcionalistas. Deixou de ser um tema apelativo para as agendas de investigação, mais centradas numa visão ampla das dinâmicas do capitalismo, da estrutura social, dos movimentos sociais, entre outros temas, enformadas predominantemente por uma leitura marxista ou da sociologia crítica, que não tinham uma tradição de equacionamento das profissões. Por outro lado, a quebra das teses funcionalistas arrastou consigo uma perspectiva de análise, que valorizava fortemente a selecção e classificação das profissões, originando um vazio teórico difícil de ser preenchido para quem não tinha uma opção teórica sociológica ancorada no interaccionismo, nas teses neo-weberianas ou nas do poder profissional.

Trajecto diferente para o mesmo período verifica-se em relação à produção britânica sobre as profissões, como testemunham Macdonald e Ritzer (1988). Investigadores e estudantes de sociologia desenvolveram um conjunto de trabalhos em torno de determinados eixos analíticos: a conflitualidade inter e intra-profissões; as relações entre o Estado e as profissões; as posições das profissões na estratificação social. A produção mais intensa pelos britânicos baseou-se quer numa releitura dos trabalhos de Marx e Weber, quer no estudo das profissões inserindo-as no contexto social mais amplo, quer na assumpção de uma posição crítica face às profissões (Macdonald e Ritzer, 1988: 268). Tais opções teórico-metodológicas poderão explicar o interesse manifestado, ao contrário do que aconteceu com os americanos. A par disto, uma das conclusões dos estudos aponta para que na Grã-Bretanha as profissões mantinham, nos anos setenta e oitenta, o seu estatuto social e importância económica, persistindo no desenvolvimento de estratégias em defesa dos seus privilégios simbólicos e materiais.

#### **4. Perspectiva comparativa, incremento da produção teórica na Europa continental e novos questionamentos teóricos**

Durante a quarta fase do desenvolvimento da sociologia das profissões, a decorrer nos últimos quinze anos, ganha relevo o incremento da produção sociológica na Europa continental, a abordagem comparativa dos fenómenos profissionais e a emergência de novas problemáticas teóricas.

Assiste-se, desde o início dos anos noventa, a uma ampliação da produção sociológica sobre as profissões em alguns dos contextos nacionais da Europa continental, como o caso da França, da Itália e dos países escandinavos. Progressivamente, a reflexão sobre as profissões ganha densidade conceptual e empírica, embora na base de uma diversidade de temáticas, de objectos empíricos, de abordagens teórico-metodológicas, subsistindo também diferenças notórias conforme o país. É um facto novo que representa uma ruptura face ao passado, que se caracterizou por um quase desconhecimento na Europa continental da produção da sociologia das profissões anglo-americana e pela inexistência de estudos empíricos sobre os grupos profissionais não circunscritos ao operariado.

Razões várias poderão ser elencadas para se compreender este desinteresse, durante as décadas de cinquenta a setenta, face ao conhecimento sociológico das profissões (Lucas e Dubar (eds), 1994; Dubar e Tripier, 1998; Butera e Prandstraller, 1998; Dubar, 2003; Menger, 2003)<sup>7</sup>. Em primeiro lugar, a contestação generalizada às teses funcionalistas pelos sociólogos europeus conduziu-os conseqüentemente a um afastamento da análise sociológica das

---

<sup>7</sup> Tomando preferencialmente como referência as sociologias francesa e a italiana.

profissões onde as mesmas eram predominantes. Em segundo, a hegemonia das investigações sobre a classe operária e o trabalho industrial em geral, em que pontificava o quadro teórico marxista, impossibilitou a emergência de outros temas sobre o mundo do trabalho, entre eles os dos grupos profissionais não ligados à indústria. Em terceiro, os obstáculos à transposição do quadro teórico funcionalista para os contextos nacionais da Europa continental.

Argumentava-se fortemente que o modelo profissional era uma especificidade anglo-americana (Maurice, 1972 e Chapoulie, 1973)<sup>8</sup> e por isso não aplicável ao espaço da Europa continental. A inexistência de uma clara distinção entre profissão e ocupação nos mercados de trabalho, onde predominam, por razões históricas e culturais, uma pluralidade de situações e de estatutos face ao trabalho, a par da carência de um termo correspondente ao termo inglês “*profession*”, designadamente nas línguas de origem latina em que o termo profissão apresenta uma natureza polissémica longe dos contornos bem definidos daquele termo<sup>9</sup>, sedimentaram-se também como entraves à difusão da análise sociológica das profissões.

Nas décadas mais recentes, as razões antes indicadas acabaram por desaparecer. O predomínio da leitura funcionalista sobre o fenómeno profissional

---

<sup>8</sup> São escassas as referências sobre a sociologia das profissões nos anos sessenta e setenta na Europa continental. Por exemplo, em França, Tréanton (1962) aborda os elementos teóricos principais da sociologia das profissões, em especial a americana, todavia somente uma década depois aparecem outros textos - Benguigui (1972), Maurice (1972) e Chapoulie (1973) - mas numa perspectiva fortemente crítica, associando-se ao movimento de contestação às teses funcionalistas e ao modelo profissional por elas defendido, que lavra no espaço anglo-americano. Como sublinha Dubar (2003: 53), no *Traité de Sociologie du Travail* (Fridemann e Naville, 1960-1) rareiam as referências às profissões ou grupos profissionais, e quando isso acontece remetem para a noção de categoria profissional. Situação idêntica verifica-se nas publicações *Sociologie du Travail* e *Sociologie Française de Sociologie*, entre 1960 e 1980.

<sup>9</sup> No *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001: 2973), o termo profissão apresenta vários significados: “Acção ou resultado de professar”; “Confissão ou declaração pública de princípios”; “Consagração à vida religiosa”; “Actividade remunerada que uma pessoa desempenha habitualmente num serviço, numa empresa e que exige um certo grau de formação ou especialização”; “Conjunto de pessoas que têm a mesma ocupação profissional”. Presentemente, o termo na linguagem comum está fortemente localizado nos dois últimos significados. É patente o uso como meio de classificação de um indivíduo face ao seu meio de vida. Ter ou não profissão é categorizador da qualidade da sua inserção social. Como apontámos em outro texto (Gonçalves, 1998: 85): “é igualmente patente que à qualificação se encontra intimamente ligada a produção de juízos de valor sobre uma determinada actividade laboral. É assim que encontramos apreciações em que a profissão designa exclusivamente uma actividade a tempo inteiro e remunerada (neste caso se situa a distinção efectuada, por exemplo, entre o desporto amador e o desporto profissional) ou então exercida com competência e responsabilidade. A própria utilização do termo profissional aponta a diferenciação entre aqueles indivíduos que sabem exercer a profissão, os tais competentes e responsáveis, e os outros que não o fazem e passam a ser classificados negativamente como incompetentes e não profissionais. Na terminologia administrativo-estatística expressa, por exemplo, na Classificação Nacional das Profissões, define-se profissão como “um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes”. A par disto, a noção de profissão na linguagem comum remete para um certo grau de especialização laborativa, sustentada ou não numa aprendizagem escolar.

foi quebrado pelas teses críticas e revisionistas, que emergiram na sociologia anglo-americana, como vimos acima. Uma maior abrangência temática desenvolveu-se no campo da análise do trabalho na Europa, criando-se um espaço de reflexão para questões sobre os grupos profissionais. Em simultâneo com este último aspecto, emergem novas conceptualizações sobre as profissões, que induzem, por sua vez, questionamentos inovadores sobre o fenómeno profissional, superando, deste modo, o problema lexical, mas igualmente teórico, que existia e afirmando uma relativa separação com a produção anglo-americana. Contudo, a diversidade de temas e de abordagens impossibilita que se possa detectar uma “sociologia europeia das profissões”.

Antes de avançarmos na análise da produção sociológica sobre as profissões em alguns dos contextos nacionais da Europa continental, é importante acrescentar algumas notas sobre a questão controversa da definição de profissão.

Tomando como referência a sociedade francesa, Dubar e Tripier (1998) fornecem-nos um exemplo de uma outra definição de profissão integrada por quatro perspectivas complementares: profissão como declaração (identidade profissional); profissão como “*métier*” (especialização profissional); profissão como emprego (classificação profissional); profissão como função (posição profissional no seio de uma organização). Embora seja bastante ampla, nem todas as actividades designadas de profissionais (“*professionnelles*”) na linguagem comum integram a definição. Unicamente são eleitos pelos autores os sistemas profissionais fechados, que se caracterizam por formas de regulação profissional, o caso dos “corpos” específicos da função pública, os quadros das empresas, as profissões independentes e liberais e os “*métiers*” alicerçados em mercados de trabalho fechados. Compreende-se melhor a posição dos autores se tivermos presente que defendem a análise sociológica das profissões a partir de três perspectivas (Dubar e Tripier, 1998: 13): como formas históricas de organização social das actividades de trabalho; como formas históricas de identificação e de expressão de valores éticos; como formas históricas de estruturação dos mercados de trabalho. É uma conceptualização que incorpora e sintetiza as teses sócio-históricas sobre as profissões e as interaccionistas simbólicas, bem como a abordagem sistémica de Abbott, e que disponibiliza uma leitura sociológica consistente e fundamentada, mais focalizada na apreensão das dinâmicas profissionais do que na categorização dos vários agentes sociais inseridos nos mercados de trabalho.

Mais recentemente, Dubar (2003: 51) tentando ultrapassar a querela sobre a definição defende, em substituição do termo profissão o uso de grupo profissional - “*un ensemble flou, segmenté, en constante évolution, regroupant des personnes exerçant une activité ayant le même nom dotée d’une visibilité sociale et d’une légitimité politiques suffisantes, sur une période significative*”. Tal opção expressa bem as dificuldades que subsistem na sociologia europeia, não enfileirada totalmente com as abordagens anglo-americanas, para produzir um instrumental

conceptual que seja heurísticamente válido. Entre nós, no estudo realizado sobre o associativismo profissional (Freire org, 2004: 6), é apresentado um conceito de profissão baseado em diversos tópicos: “nível de qualificação média ou superior, assente em formação inicial correspondente ou em qualificações informais de longa aprendizagem; diferenciação e especificidade técnica ou científica permitindo algum grau de autonomia profissional e responsabilidades de enquadramento ou coordenação de actividades no domínio em causa; auto-identidade social mínima do grupo em questão; reconhecimento formal pelas entidades públicas administrativas, pelo mercado ou pela prática social”. Conceito que assume uma natureza enumerativa, necessária quando se pretende a sua operacionalização num estudo comparativo, como é o caso, e abrangente, não se confinando, portanto, aos grupos profissionais mais sedimentados na sociedade portuguesa.

Como se apontou acima, a questão da noção de profissão deixou de ser, no presente, um problema para a sociologia (Evetts, 2003b). As novas orientações de investigação sociológica, tanto europeias como anglo-americanas, admitem uma diversidade de noções, que contudo mantêm alguns traços comuns - referência a um domínio científico e correspondente posse de conhecimentos científicos e técnicos, obtidos após uma longa formação académica, autonomia profissional, identidade própria e associações de pares<sup>10</sup>. Noções que devem ser relativizadas em termos de coordenadas espaço-temporais. Mais do que procurar exaustivamente o que separa as profissões das outras ocupações, é analiticamente mais virtuoso dar relevo aos processos de (re)configuração das ocupações em geral (incluindo nestas as profissões) - em termos de organização, de estruturação interna, de relações de poder com o Estado, os clientes e outros agentes sociais - e às articulações das ocupações com as transformações sociais mais amplas. A par disto, emerge como relevante reflectir sobre as causas subjacentes à difusão em determinados contextos nacionais, como o português por exemplo, do modelo profissional (com aspectos diferenciados do que era proposto pelos

---

<sup>10</sup> O pragmatismo que existe actualmente face à noção de profissão que, é um aspecto positivo, não é inibitório da presença de definições, mais ou menos extensas, sobre uma profissão e como se distingue de uma ocupação comum, como o explicitado no texto seguinte retirado de um dicionário para estudantes de sociologia em Inglaterra: “*Professions: types of occupation, such law and medicine, which are self-governing, in that the representatives of the members of the occupation set the regulations which govern the behaviour of members. It is difficult to define a profession exactly as there is so much variation between different professions. However, most professions have the following characteristics: their skills are supported by a systematic body of knowledge; their possession of this knowledge gives them authority over clients, who do not possess the knowledge; the profession is given privileges by the community, such as the duty of confidentiality and the right to be judged only other professionals; their behaviour is regulated by a code of ethics; there is also professional culture in which the professional is given certain status and symbols of authority. A crucial aspect of a profession, as against other occupations, is that it is granted powers not usually given to other jobs, such as the power to regulate entry to the profession, and to carry out the long training needed to give practitioners the knowledge they need to practise effectively*” (Lawson e Garrod, 2004: 224).

funcionalistas) e do profissionalismo, na qualidade de sistema de valores e de princípios de inserção laboral dos sujeitos sociais.

Finalmente, a relativização histórica da noção de profissão é fortemente tributária, em nossa opinião, dos contributos proporcionados pelo movimento revisionista dos anos setenta, no seio da análise sociológica das profissões. Recorde-se que os funcionalistas fizeram da delimitação da profissão o eixo principal do seu quadro teórico-metodológico. Elegeram os respectivos atributos tomando como paradigmas os médicos e os advogados, o que se traduziu num campo empírico limitado a um conjunto restrito de grupos profissionais e separado das ocupações comuns. Com o movimento revisionista, as críticas sucederam-se face a tal perspectiva. Para Larson (1977), a noção usada pelos funcionalistas, na medida em que se baseia nas profissões tradicionais, é um instrumento incapaz de conceptualmente apreender as dinâmicas das profissões nas sociedades capitalistas contemporâneas em que pontificam as “profissões organizacionais”. O modelo profissional liberal encontra-se datado historicamente e representa unicamente um momento particular da história da profissionalização. Para Freidson (1986 e 1994), a noção de profissão é sempre uma construção histórica referenciada a contextos sociais particulares, designadamente a concepção mais tradicional de profissão está directamente relacionada com a emergência e o desenvolvimento das profissões em Inglaterra e nos E.U.A. no decorrer do século XX<sup>11</sup>.

Retomando a análise que vínhamos realizando, passaremos a abordar as principais linhas temáticas e de questionamento teórico que enformam essa produção sociológica sobre as profissões, em alguns dos contextos nacionais da Europa continental<sup>12</sup>.

Uma primeira linha temática materializa-se no desenvolvimento de estudos comparativos entre profissões e entre países, geralmente de natureza sócio-histórica, ancorados nas teses dos interaccionistas simbólicos, nas teorias do conflito, mobilizadas para a observação das relações entre profissões e entre estas e o Estado, e nas teses neo-weberianas, em particular, por via da mobilização do conceito de fechamento social. Sublinhe-se que são estudos que se apresentam como importantes para a sociologia anglo-americana. Estamos perante uma forma de abordagem que é transversal à análise sociológica das profissões, independentemente do contexto geográfico e cultural em que é desenvolvida, e em que os seus resultados concorrem para a densificação de uma leitura mais virtuosa do fenómeno profissional.

---

<sup>11</sup> Como salienta Freidson - “*I used the word “profession” to refer to an occupation that controls its own work, organized by a special set of institutions sustained in part by a particular ideology of expertise and service*” (Freidson, 1994:10).

<sup>12</sup> Esta abordagem não pretende fazer um inventário exaustivo. Ficaremos somente pela enunciação das linhas e dos questionamentos que consideramos mais relevantes.

Os textos publicados nas colectâneas dirigidas por Burrage e Torstendahl (1990) e Torstendahl e Burrage (1990), expressando o contraste de perspectivas entre investigadores europeus continentais e anglo-americanos, concorrem substancialmente para a amplificação daquela linha temática no seio da análise sociológica das profissões<sup>13</sup>.

Quais os contributos avançados? Num primeiro grupo, a refutação teórico-metodológica: da separação analítica das profissões dos contextos sociais e económicos onde se inserem; da valorização exacerbada dos estudos exclusivamente centradas em apenas uma profissão; da natureza unilinear dos processos de profissionalização; da exclusão das relações de conflito interprofissional. Num segundo grupo, a defesa de modelos conceptuais que integrem: as articulações entre a formação das profissões e a constituição e sedimentação dos Estados modernos; a apropriação por aquelas do conhecimento científico produzido nas universidades; a inserção das profissões nas dinâmicas dos mercados de trabalho; as estratégias de profissionalização protagonizadas pelos grupos ocupacionais; os processos de construção e sedimentação social dos monopólios profissionais. Num terceiro grupo, a verificação empírica: da existência de diferentes padrões de emergência e sedimentação social das profissões; do papel determinante que um leque de condições sociais, económicas, políticas e culturais, referenciadas temporal e geograficamente, tiveram na configuração daqueles padrões. Em síntese, as profissões são interpretadas como constructos históricos e impossíveis de serem lidas atomizadas sociologicamente dos espaços sociais onde se inserem.

Um dos prolongamentos destes contributos reside na actual consensualização (Collins, 1990; Svensson e Evetts, 2003, entre outros), no seio da sociologia, da existência de dois grandes padrões de desenvolvimento histórico das profissões. O anglo-americano, caracterizado por Estados fracamente intervencionistas onde as profissões mais tradicionais (médicos e advogados) evoluíram com uma forte autonomia, regidas pelo mercado, ancoradas nas universidades privadas e em que a sua regulação é da responsabilidade das associações profissionais privadas ou de organismos públicos. O europeu continental assente numa interdependência de profissões e Estado, em que as primeiras participam na organização burocrática estatal e têm uma autonomia delegada e condicionada pelos objectivos políticos e ideológicos do Estado - a associação profissional pública é por excelência o meio institucional de auto-regulação. Por sua vez, os profissionais obtiveram a sua formação académica em universidades públicas e existiu uma articulação estreita entre profissões e classes sociais dominantes. Como sublinha Collins (1990), são dois modelos que se diferenciam por se referenciar a profissionais

---

<sup>13</sup> Para Svensson e Evetts (2004), assiste-se mesmo à emergência de uma “sociologia das profissões escandinava” baseada nos estudos comparativos.



que monopolizam legalmente o mercado ou a profissionais que ocupam cargos de natureza burocrática na administração estatal.

Porém, torna-se necessário acentuar que a generalização que recorrentemente envolve a apresentação de cada um daqueles modelos merece alguns reparos, no sentido de se obter uma maior precisão analítica. Em primeiro lugar, no seio do modelo anglo-americano subsistem diferenças, que não podem ser omitidas, em termos da comparação entre os E.U.A. e a Inglaterra ou entre profissões, como é testemunhado por Larson (1977), Johnson (1982), Krause (1988 e 1996) ou Macdonald (1995). Diferenças quanto aos processos de profissionalização, designadamente na relação com o desenvolvimento do Estado, ao sucesso ou insucesso de algumas das profissões no sentido do reconhecimento da sua autonomia pelo Estado e pelo capital, à monopolização dos mercados de trabalho para os seus serviços ou à obtenção de um estatuto social mais elevado. Por sua vez, face ao modelo europeu continental, o mesmo se podia afirmar. Para isso basta comparar a evolução das profissões entre Portugal e a Espanha<sup>14</sup> ou com outros países (Gonçalves, 2006). Neste caso, as diferenças resultam principalmente da conjugação entre, por um lado, as especificidades da natureza dos Estados modernos e das suas modalidades de intervenção face às profissões e, por outro, dos ritmos e formas, mais localizadas geograficamente, que assumiram as dinâmicas do capitalismo.

Outras linhas temáticas e de questionamento teórico caracterizam a produção dos sociólogos europeus<sup>15</sup>. Sem uma preocupação de fixarmos uma enumeração completa, elencamos as seguintes: a emergência e reconfiguração dos grupos profissionais (Guillén, 1989; Segrestin, 1984; Poujol, 1989; Karpick, 1995; Miguel e Salcedo, 1987; Paredeise, 1999; Piriou, 1999); a organização e estruturação das profissões (Fernández, 1990; Bouffartigue e Gadea, 2000; Gadea, 2003; Kuhlmann, 2004); a inserção das profissões nos mercados de trabalho (Paredeise, 1984; Ávila e Rodríguez, 2004); a feminização das profissões (Evertsson, 2000;

---

<sup>14</sup> Durante os anos oitenta do século passado, o livro de Martin-Moreno e Miguel (1982) marcou decisivamente o campo da produção sociológica. A partir de uma postura crítica face às teses funcionalistas, são desenvolvidos, num primeiro momento, os argumentos principais do movimento revisionista que tinham sido explicitados no espaço anglo-saxónico. Posteriormente apresenta-se uma leitura, de natureza estrutural, sobre alguns dos grupos profissionais no país, dando-se conta, igualmente, das principais contradições e tensões existentes no seio dos grupos. Na última década, verifica-se o aparecimento de estudos monográficos sobre as profissões, tributários parte deles das teses de Larson e Abbott, entre outros: economistas (Guillén, 1989); professores (Ferrerres, 1994 e Pérez, 1999); médicos (Rodríguez 1992); polícias (Fernández, 1990); farmacêuticos (Miguel e Salcedo, 1987); jornalistas (García e García, 2000). Para uma panorâmica crítica sobre a evolução da sociologia das profissões em Espanha, consulte-se Martínez e Carreras (2003).

<sup>15</sup> Sublinhe-se que os estudos comparativos são transversais a um conjunto de outros temas relacionados com a produção sociológica europeia sobre as profissões. Vejam-se, a título de exemplo, os textos incluídos nas colectâneas dirigidas por Burrage e Torstendahl (edit) (1990) e Torstendahl e Burrage (edit) (1990)

Lapeyre, 2006); as profissões e as recomposições do trabalho e do emprego (Tezanos, 2001); os conhecimentos profissionais, a inovação tecnológica e a reconfiguração do trabalho profissional (Svensson, 1990; Bourbon, 1993; Trepos, 1996; Peneff, 1997; Legrand e Gollac, 2003; Vrancken, 2004); as relações entre as profissões e os Estados nacionais (Heidenheimer, 1989; Bertilsson, 1990; Krause, 1996; Kullmann, 2001); as novas formas de controlo do trabalho profissional e de regulação da inserção sócio-económica das profissões (Potton e Wolfgang, 2002); as significações subjectivas do trabalho profissional e os processos de (re)construção das identidades profissionais (Dubar, 1991 e 2000; Schnapper, 2003)<sup>16</sup>.

Por seu turno, não deixa de se constatar uma relação, por vezes estreita do equacionamento daqueles temas com as reflexões e os resultados obtidos na sociologia de matriz anglo-americana. Isso é patente, por exemplo, na notória receptividade que os textos recentes de Freidson (1986, 1999 e 2001) têm junto dos sociólogos europeus, mas igualmente na adopção de uma leitura mais ampla dos fenómenos profissionais, tendo presente as suas articulações com o capitalismo, a globalização, o Estado e a estrutura de classes. Quando o objecto é um grupo ocupacional específico essa visão global não desaparece, expressando-se, por exemplo, no tratamento das questões dos mercados profissionais, das relações com outras profissões e com o Estado.

Uma das marcas importantes da autonomização progressiva da análise sociológica das profissões na Europa continental advém das suas origens e das articulações com outros campos de conhecimento da sociologia. Em França (Dubar, 2003; Demailly, 2004)<sup>17</sup> e em Itália (Giannini e Minardi, 1998; Butera e

---

<sup>16</sup> Os sociólogos, na qualidade de profissionais, vêm sendo objecto de reflexão. Sem propósitos de exaustividade, e tomando principalmente por referência a produção sociológica europeia, referenciam-se algumas linhas de desenvolvimento temático (Gonçalves, Parente e Veloso, 2004): os perfis laborais dos sociólogos; os modos como eles mobilizam, no quotidiano das suas actividades, os conhecimentos teórico-metodológicos (o que se articula, por sua vez, com as relações entre formação académica e práticas profissionais); as configurações das suas intervenções em contextos organizacionais; os processos de construção da identidade profissional de sociólogo e as interacções com outros profissionais. Para esta linha referenciamos as obras de: Chenal (1987); APS (1990); Ribeiro (1994); Legrand *et al.*, (1995); Sainsaulieu (1995); Legrand e Vrancken (2004); Gonçalves, Parente e Veloso (2001 e 2004); Piriou, (1999, 2000 e 2006); Banha (1999); Carreiras, Freitas e Valente (1999); Legrand (2001); Uhalde (dir.) (2001); Muselle, (2003); Vrancken (2004); Legrand (2004); Bretagne (2004). A análise da profissionalização dos sociólogos referenciada a diferentes contextos nacionais - o caso dos trabalhos de Dubar (2002); Machado (1996); Mendras (1995). Ainda uma última linha - a discussão sobre o reconhecimento da sociologia, em termos de ciência e de profissão, a procura dos conhecimentos sociológicos e a implicação social e política dos sociólogos. Neste caso destacam-se as obras de: Statera e Agnoli (org.) (1985); Sainsaulieu *et al.*, (1987); Giddens, (1987); Durand e Weil (1993); Singly (2002); Lahire (2002); Castel (2002); Grignon (2002); Johsua (2002); Corcuff (2002).

<sup>17</sup> Vencidas as resistências teóricas à reflexão sociológica sobre as profissões, os investigadores franceses têm vindo a demonstrar uma crescente atenção expressa em trabalhos publicados. O texto de Dubar e Tripier (1998), como vimos antes, constitui um marco importante na sociologia francesa

Pranstraller, 1998)<sup>18</sup>, a análise sociológica das profissões desenvolve-se a partir da sociologia do trabalho<sup>19</sup> com a diversificação dos objectos de investigação verificada nesta, nos anos oitenta do século passado, na sequência da quebra da hegemonia dos trabalhos sobre a classe operária e o trabalho industrial em geral.

Esta origem reflecte-se nos temas, de natureza abrangente e referenciados aos contextos gerais de trabalho, que percorrem a agenda da investigação sociológica das profissões e das ocupações em geral. No caso da França, Demailly (2004) defende até a existência de uma axiomática à observação sociológica das profissões, independente da anglo-americana, que se encontra associada a um quadro teórico-metodológico que privilegia determinados aspectos: o “estudo do trabalho real”, conduzindo às relações com a sociologia do trabalho; a análise “das retóricas identitárias das profissões como fenómenos propriamente políticos”, o que se relaciona com a sociologia política; os “modelos históricos e societários” na sua componente religiosa, interligando-se com a sociologia das religiões. Para Portugal, podemos admitir que a sociologia do trabalho é uma das principais fontes da análise sociológica das profissões. Uma maior autonomia face às divisões estabelecidas no seio das sociologias nacionais, produtos do cruzamento entre as tradições teóricas e as relações de poder entre instituições e agentes sociais no campo da sociologia, transparece, por sua vez, na produção escandinava sobre o fenómeno profissional (Burrage, 1990).

Que factores poderão explicar o aumento da produção sociológica sobre as profissões em alguns dos contextos nacionais da Europa continental? Destacam-

---

sobre as profissões, na medida em que fixou uma abordagem teórico-metodológica simultaneamente ampla sobre o fenómeno profissional e heurísticamente pertinente para a sua análise, no contexto da Europa continental. Igualmente são de referenciar os textos de Karpik (1995) sobre os advogados, de Paradeise (1984) sobre a marinha mercante e sobre os comediantes (1999), de Zarca (1986) a propósito dos artesãos, de Boltanski (1982) e Bouffartigue e Gadea (2000) sobre os quadros, sobre os engenheiros de Bouffartigue e Gadea (1997), e sobre os conservadores de museus de Octobre (1999). Igualmente encontramos um acervo de contribuições em Menger (dir.) (2003) e em Lucas e Dubar (eds.) (1994). Embora de uma forma esparsa, a *Sociologie du Travail* foi incluindo artigos que tomam por objecto grupos profissionais, o mesmo acontecendo com a *Revue Française de Sociologie*.

<sup>18</sup> Na revista *Sociologia del Lavoro*, vol. 70/71 de 1998, (organizado por Giannini e Minardi) é patente um conjunto importante de textos que reflectem o passado recente e presente da análise sociológica em Itália. Consulte-se igualmente Prandstraller (org.) (1980).

<sup>19</sup> Uma das formas actuais de acesso às problemáticas da sociologia das profissões é por via da sociologia do trabalho. Tendo em conta alguns textos introdutórios à última disciplina isso é bem visível, como por exemplo: Tripiet (1991) – em que é abordada a matriz disciplinar da sociologia das profissões, no quadro mais vasto dos paradigmas constitutivos da análise sociológica do trabalho e do emprego; Vrancken (1998) – articulações entre *expertise* e profissões; Pillon e Vatin (2003) – equacionamento sintético dos atributos do modelo profissional. Entre nós, Freire (2001), no seio de um importante texto introdutório à sociologia do trabalho, com objectivos pedagógicos e de iniciação científica, desenvolve as principais problemáticas enformadoras da observação sociológica das profissões.

-se, desde logo, dois: a redefinição dos quadros teóricos sobre as profissões; a fixação de linhas temáticas e de questionamentos sociológicos próprios (parcialmente distintos face à abordagem mais direccionada para os contextos profissionais anglo-americanos). Nas páginas imediatamente anteriores passámos esquematicamente em revista tais factores, os quais, sublinhe-se, são simultaneamente indutores e induzidos pelo movimento de expansão das investigações sobre as profissões. Importa ainda acrescentar outros: um feixe de factores englobando as actividades dos profissionais, a inserção das profissões nos mercados de trabalho e a reconfiguração do papel social e político das profissões nas sociedades capitalistas europeias; a difusão dos trabalhos sociológicos sobre os grupos profissionais;

Quanto aos primeiros, destacamos, inicialmente, a redefinição dos padrões do modelo profissional e do profissionalismo (Hanlon, 1998). Em simultâneo com a predominância do assalariamento, observa-se a emergência de novas formas de emprego, mais flexíveis e precarizantes. Novas formas de controlo e de regulação, em associação com o discurso gestor, baseado na qualidade e na lógica avaliativa, têm colocado em causa a autonomia e a autoridade distintivas dos profissionais (Guillén, 1990; Rodríguez e Guillén, 1992). A noção de profissionalismo vem incorporando elementos novos (Middlehurst e Kennie, 1997): os profissionais devem possuir conhecimentos de gestão e competências de liderança, não sendo suficiente o domínio do conhecimento científico e técnico para estabelecer a sua autoridade e estatuto; os comportamentos dos profissionais são aferidos face às expectativas dos consumidores; a confiança nos profissionais assenta, cada vez mais, na transparência da sua actividade e na avaliação dos padrões das práticas profissionais e dos resultados obtidos. Também é de destacar que a noção de profissionalismo e os traços do modelo profissional (competência científica e técnica, assente na formação académica e na experiência profissional; qualidade das tarefas; comportamentos eticamente responsáveis) são usados como elementos paradigmáticos da gestão das organizações aplicando-se à globalidade dos assalariados (Hanlon, 1998). Mas mais (Evetts, 2003a): emerge presentemente uma concepção do profissionalismo, em tensão com alguns dos aspectos anteriores, que se configura simultaneamente como valor normativo e como forma de controlo ocupacional, que funciona como elemento de preservação da autonomia e de oposição à expansão de práticas mais mercantilistas e inimigas do denominado bem público. Isto vem ao encontro da leitura de Freidson (1994 e 2001) de defesa limitada do profissionalismo e dos seus contributos positivos para as dinâmicas das sociedades capitalistas.

A redefinição dos elementos do modelo profissional e do profissionalismo resulta, em parte, de importantes recomposições na estrutura ocupacional, na organização e divisão do trabalho dos profissionais (Tezanos, 2001; Parry *et al.*, 2005). Como expressão das transformações ocorridas ao nível económico e social, no sentido de uma mobilização acrescida do conhecimento científico e

da tecnicidade, verifica-se morfologicamente um aumento (absoluto e relativo) relevante das denominadas profissões científicas e técnicas, no seio da população empregada global ao nível da Europa<sup>20</sup>, acompanhado por uma alteração da composição de género no sentido de um aumento da feminização dos grupos profissionais (movimento comum à generalidade das ocupações).

Subsiste, por sua vez, uma tendência complexa que integra quer a emergência e sedimentação de novas profissões, com traços identitários particulares e reivindicando lugares próprios no seio da divisão do trabalho, quer a redefinição dos perfis de actividade profissional no sentido da sua segmentação e especialização (Becher, 1999; Cheethman e Chivers, 2005). É uma tendência que vem conduzindo ao redesenho, pontado pela conflitualidade interprofissional, dos limites das jurisdições profissionais e que resulta da confluência de diversos elementos fortemente interdependentes: mudanças na natureza das tarefas, tornando-as mais complexas e especializadas, e nos processos de trabalho dos profissionais; crescente especialização e diferenciação ao nível do conhecimento científico e técnico, produto de uma maior capacidade de produção científica e de um acréscimo das qualificações académicas para o desempenho laboral; mobilização mais célere da inovação científica e técnica por parte dos profissionais; mobilização extensiva das tecnologias de informação e de comunicação no trabalho dos profissionais; importância política crescente do conhecimento científico e técnico para a expansão e sedimentação do projecto europeu de construção da sociedade da informação e do conhecimento; desenvolvimento de novos produtos e serviços pelas organizações económicas e pelo Estado.

Manifesta-se uma mudança nos padrões de autonomia e nos processos de controlo das profissões ao nível da sua inserção social e das suas tarefas. O trabalho dos profissionais vem sendo sujeito a novas formas de controlo e de gestão que acentuam quer a racionalização económica - presente, por exemplo, no âmbito das organizações públicas de modo a restringir as despesas - quer a avaliação e a fiscalização dos actos por eles praticados (Broadbent e Laughlin, 1997; Hanlon e Shapland, 1997). Uma das actuais fontes do controlo dos profissionais é o consumidor e as suas associações representativas, que mobilizam, de modo recorrente, os meios de comunicação social para os seus objectivos de reparação, moral e material, das más práticas dos membros das profissões. Os Estados nacionais europeus e os órgãos da União Europeia (UE) impõem novas formas de regulação das profissões, como veremos mais à frente. Assiste-se igualmente à globalização dos mercados dos serviços profissionais e à emergência de novas formas de internacionalização do trabalho dos profissionais, que se concretizam,

---

<sup>20</sup> Em 2004, no seio da União Europeia (25 países) cerca de 32 milhões de indivíduos trabalhavam em ciências e tecnologias, possuindo uma formação em ciências e tecnologia (CITE/97 níveis 5a, 5b ou 6) e exercendo uma profissão (CITP/88 códigos 2 e 3 - profissões intelectuais e científicas e profissões intermédias), o que corresponde a cerca de 19,0% da população empregada total entre os 25 e os 64 anos. Cf. Eurostat.

entre outros aspectos, na importância crescente das empresas multinacionais de serviços e da mobilidade de profissionais no espaço da UE.

Os elementos apontados reflectem transformações mais globais ao nível dos mercados de trabalho europeus (Kergoat *et al.*, 1998; Boltanski e Chiapello, 1999; Beck, 2000 e 2002; IRES, 2000; Kovács, 2002; Castells, 2004; Meda, 2004, entre outros): terciarização da actividade económica; acréscimo da competitividade económica e da desregulação dos mercados; aumento das qualificações académicas da população empregada, decorrente de um maior nível de exigência qualificacional em alguns sectores de actividade e fileiras ocupacionais e do aumento da escolarização da população; persistência do desemprego como um risco ao longo do ciclo de vida do profissional; desregulamentação e individualização das relações de trabalho; flexibilidade dos mecanismos de mobilização e uso dos recursos humanos nas organizações; segmentação dos mercados de trabalho, diversificação das formas de emprego, precariedade e instabilidade laboral; obsolescência rápida das qualificações e das competências ocupacionais por via designadamente da informatização das tarefas; reconfiguração dos direitos e dos deveres dos assalariados; primado da inovação tecnológica e organizacional no redesenho das organizações e conseqüente emergência de novas formas de estruturação das empresas e dos serviços públicos; quebra do poder de negociação e de contestação dos sindicatos; novos elementos culturais sobre o trabalho e emprego, valorizantes da adaptabilidade e disponibilidade permanentes, da responsabilização dos sujeitos sociais pela sua empregabilidade, da realização pessoal e profissional, da afirmação identitária e da assumpção do risco, como traço importante da vida social e profissional. Por outro lado, a reconfiguração das funções do Estado pela redefinição da sua natureza e da introdução da lógica do mercado na administração pública, com a conseqüente restrição dos princípios do Estado-Providência, conduz a uma alteração do papel e das posições das profissões, no sentido de uma restrição da autonomia e da discricionariedade profissional.

Uma difusão mais intensa dos trabalhos sociológicos sobre as profissões, através da multiplicação de eventos científicos (congressos, seminários, etc.) e, em simultâneo, uma densificação das redes internacionais de investigação são outros dos factores que contribuem para o aumento do interesse sobre as profissões na Europa continental. É um movimento que se estende aos sociólogos anglo-americanos e é inseparável da densificação teórico-metodológica da sociologia das profissões na sua globalidade, independente de coordenadas territoriais. Para isso tem contribuído a “Network Sociology of Professions” da European Sociological Association (ESA), com a realização de seminários específicos e da sua participação nos congressos bianuais da associação<sup>21</sup>. Unicamente a título

---

<sup>21</sup> Informação sobre a “Network Sociology of Professions” da European Sociological Association encontra-se disponível em <http://www.valt.helsinki.fi/esa/profe.htm>

de apontamento, a merecer um tratamento extensivo e aprofundado que não se enquadra no objectivo principal que norteia este Relatório, indicamos, para o passado recente, aspectos caracterizadores dos eventos científicos realizados.

### Quadro 1

Eventos recentes da European Sociological Association sobre as profissões

Eventos	Tema e subtemas
5 Conference of ESA, 2001	<p><b>“Visions and divisions – chalanges to European sociology</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Gender, health professions and organization</b></li> <li><b>2. Gender and professionalization. Shifting categories in times of institutional and social change</b></li> <li><b>3. Health professions and organization</b></li> <li><b>4. Social work</b></li> <li><b>5. Professions and state</b></li> <li><b>6. Planning and housing</b></li> <li><b>7. Teachers and schooling”</b></li> </ol>
2 Interim Meeting, ESA, Network Professions, 2002	<p>“Continental Challenges to Anglo-American Sociology of Professions</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Historical and international studies</li> <li>2. Theoretical studies</li> <li>3. Studies on discourse of professionalism</li> <li>4. Methodological and comparative studies</li> <li>5. Sectoral and applied studies”</li> </ol>
6 Conference of ESA, 2003	<p>“Modernity – post-modernity – Ageing societies and professions. Social, political and theoretical relevance of sociology of professions</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sociology of professions and links with sociology of knowledge, organisation, work, education and labour market</li> <li>2. Professions and age, gender, careers and life cycles</li> <li>3. Professions, trust and status</li> <li>4. Occupations and professionalisation”</li> </ol>
3 Interim Meeting, ESA, Network Professions, 2004	<p>“Professions, social inclusion and citizenship”</p>
7 Conference of ESA, 2005	<p>“Professionalism in new and existing fields – beyond exclusion and inequalities</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Varieties of professionalism – assessing transformations of occupational status and competence</li> <li>2. Professionalism revisited – negotiations on work and occupational status</li> <li>3. Professions and the construction of knowledge, power and expertise</li> <li>4. Integration and co-ordination – challenges for health professions and professionalism</li> <li>5. Integration and co-ordination – challenges for health professions and professionalism</li> <li>6. Professional identity, trust and status</li> <li>7. Remodelling regulation of professions and division of work</li> <li>8. Professionalism and work arrangements – linking institutional context, individual decisions</li> <li>9. Professionalization and inequalities – shifting spheres of opportunity in times of social institutional changes”</li> </ol>
4 Interim Meeting, ESA, Network Professions, 2006	<p>“Professions, globalisation and the European Project”</p>

Fonte: Newsletter da “Network Sociology of Professions” e <http://www.valt.helsinki.fi/esa/profe.htm>

Concomitante à manutenção de temas como o da organização das profissões, os processos de profissionalização, o género e as profissões, a atenção daqueles eventos dirige-se para as consequências das novas formas de regulação e de controlo sobre as profissões mais tradicionais - em termos, por exemplo da sua estruturação interna -, para as relações interprofissionais, para a controvérsia se o profissionalismo se encontra em declínio ou, pelo contrário, em processo de mudança para novas formas, para as apropriações que a gestão empresarial faz de alguns dos elementos do profissionalismo ou ainda para as implicações da crescente internacionalização dos mercados dos serviços profissionais.

O interesse pelas profissões é também manifestado por outras associações científicas europeias da sociologia e organizações académicas. Em 1999, a Société Française de Sociologie realizou um colóquio, “Les Professions et leurs Sociologies. Modèles théoriques, catégorisations, évolutions». Exemplificativo do interesse dos sociólogos franceses encontra-se a realização, em 2001, de jornadas com um título bem enunciativo, “Vers une sociologie française des professions?”. Mais recentemente, em 2005, no 37º Congresso do International Institute of Sociology um tema amplo - “Professional Work in Knowledge Societies: contemporary changes and challenges” - reuniu um conjunto de sociólogos. No mesmo ano, a Research Network Professions and Professional Groups, integrante da International Symposium of the Russian Society of Sociologists organizou uma conferência - “Social adaptation, initiatives and transformation of professional groups in modern society”<sup>22</sup>.

Toda esta actividade de reflexão, de debate e de estabelecimento de redes internacionais de investigação sociológica é indissociável do papel estruturante e mobilizador que vem sendo realizado pelo Research Committee 52, “The sociological of professional groups” (RC52), da International Sociological Association (ISA)<sup>23</sup>. A sociologia das profissões emergiu no 12º Congresso Mundial de Sociologia da ISA, em 1990 em Madrid, sendo reconhecida como “Thematic Group”, em 1992, passando a “Working Group”, dois anos depois, e finalmente erigida em RC52, em 1998<sup>24</sup>. A actividade do grupo iniciou-se com a realização, em 1992, em Paris, de um colóquio internacional intitulado “Genèse et Dynamique des Groupes Professionnels”<sup>25</sup>. Marcante não só por ser

---

<sup>22</sup> Para uma análise do interesse sobre as profissões na Rússia, desde o início dos anos noventa, consulte-se Mansurov *et al.*, (2004).

<sup>23</sup> O facto de alguns dos sociólogos pertencerem, em simultâneo, ao RC52 e à “Network Sociology of Professions”, e realizarem investigações tematicamente transversais às agendas dos dois grupos tem facilitado o desenvolvimento de alguma interdependência científica.

<sup>24</sup> Informação sobre o RC52, encontra-se disponível na Newsletter editada semestralmente e em <http://www.ucm.es/info/isa/rc52.htm>.

<sup>25</sup> Colóquio tematicamente estruturado nos seguintes pontos: “Professions et métiers dans les milieux industriels et les entreprises”; «Etat, institutions, pouvoirs et professions libérales»; “Biographies, identités, socialisations”; “Dynamiques structurelles et contextuelles». As comunicações apresentadas ao colóquio encontram-se em Lucas e Dubar (eds.) (1994).



o ponto de partida da dinâmica do RC52, mas igualmente porque se avança com elementos para a nova conceptualização de profissão ou de grupo profissional (Lucas, 1994), pela abrangência dos temas, dos grupos analisados e dos contextos nacionais de referência. Mais recentemente, em 1996, o RC52 realizou outra conferência internacional designada “Occupations and Professions: changing patterns, definitions, classifications”, em que um grupo de sociólogos portugueses apresentou uma comunicação - “Four professions through four decades: the case of physicians, nurses, economists and engineers in Portugal”<sup>26</sup> - sobre o estado da análise sociológica das profissões no país, resultante dos respectivos trabalhos de investigação que vinham a desenvolver.

Se atendermos aos eventos mais recentes do RC52, explicitados no Quadro seguinte, observa-se a predominância de temas sobre os processos de profissionalização, a emergência de novas profissões e de recomposição das existentes, a acção política das associações profissionais, as relações inter-profissões, o conhecimento profissional.

---

<sup>26</sup> Comunicantes: Graça Carapineiro; Noémia Lopes; Maria de Lurdes Rodrigues; Carlos Manuel Gonçalves.

## Quadro 2

Eventos recentes do Research Committee 52 “The sociological of professional groups” e XV Congresso da International Sociological Association

Eventos	Tema e subtemas
3rd Interim Conference, RC52, Lisboa, 2000	<p><b>“State, political power and professional structures: new patterns and new challenges</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li><b>1. Professions and state regulation</b></li> <li><b>2. State, education systems and teaching profession</b></li> <li><b>3. Professionalism: the emergence of new trends</b></li> <li><b>4. State, professions and gender</b></li> <li><b>5. The negotiation of professional frontiers</b></li> <li><b>6. The professions and the urban question</b></li> <li><b>7. New demands on management professions</b></li> <li><b>8. Conceptual and theoretical issues in the sociology of professions</b></li> <li><b>9. Strategies of the health professions</b></li> <li><b>10. The professions under the impact of global conditions</b></li> <li><b>11. Forms of professional action and professional association</b></li> <li><b>12. Changes in military professions”</b></li> </ol>
XVème Congres Mondial de l’ AIS, 2002	<p>«Héritages ambivalents et challenges émergent</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Développements au niveau international e global : «gagnants et perdants »</li> <li>2. Féminisation des professions</li> <li>3. Professions et travail basé sur le savoir en Inde et dans d’autres pays en développement</li> <li>4. Identités: professionnelles et personnelles</li> <li>5. Les professions de santé et le public</li> <li>6. Gestion de la qualité et indicateurs de performances pour les professions</li> <li>7. Méthodologie comparative</li> <li>8. Le déclin de la confiance et de la confidentialité : régulation du travail professionnel</li> <li>9. Professionnalisation de la sociologie»</li> </ol>
4rd Interim Conference, RC52, Versailles, 2003	<p>“Knowledge, work and organisation</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Passing on knowledge</li> <li>2. Occupational knowledge and gender relations</li> <li>3. Dynamics of knowledge and organisations</li> <li>4. Know management</li> <li>5. Value and legitimacy of knowledge</li> <li>6. Validating and certification of knowledge</li> <li>7. Legitimising knowledge and jurisdictions</li> <li>8. Production of knowledge and work situations</li> <li>9. Expert knowledge vs. layperson knowledge</li> <li>10. Knowledge and know-how professionals</li> <li>11. Articulating knowledge in collectives”</li> </ol>

Fonte: Newsletter do RC52 e <http://www.ucm.es/info/isa/rc52.htm>.

Por sua vez, no plano editorial das publicações periódicas, o tema das profissões aparece, embora pontualmente, em números temáticos de *Sociologie et Sociétés*, nº 2, 1988 e na *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992. Em 2004, inicia-se a publicação da revista *Knowledge, Work & Society/Savoir, Travail et Société* directamente focalizada na análise sociológica das profissões.

Como temos vindo a explicar, a fase actual de evolução da sociologia das profissões caracteriza-se pelo incremento da produção sociológica na Europa continental e pela importância da abordagem comparativa dos fenómenos profissionais, que tem um efeito de reforço desse *incremento*. Outros eixos de desenvolvimento da análise sociológica das profissões são ainda de equacionar.

No âmbito da investigação britânica, surgem trabalhos relevantes que reforçam os contributos da sociologia para a apreensão do fenómeno profissional na actualidade. Por exemplo, o de Macdonald (1995), na qualidade de texto introdutório, com objectivos pedagógicos, à análise sociológica das profissões. Defendendo uma leitura dos fenómenos profissionais baseada no modelo proposto por Larson, o que já tinha acontecido em textos anteriores (Macdonald, 1984 e 1989), o trabalho do autor é, na actualidade, uma referência importante no que diz respeito a um estado da arte das teses e das problemáticas enformadoras da análise sociológica das profissões. Discussões sobre o trabalho dos profissionais e os padrões do profissionalismo, tendo presente as mudanças na natureza do trabalho (Middlehurst e Kennie, 1997; Broadbent, Dietrich e Roberts, 1997), as transformações nas profissões tradicionais, como as do direito (Hanlon e Shapland, 1997), as novas formas de controlo, de “*accountability*”, as novas políticas estatais em relação aos serviços públicos integrantes do Estado-providência quando directamente relacionadas com o trabalho dos profissionais (Broadbent e Laughlin, 1997) são igualmente objecto de questionamento sociológico. Sem querermos ser exaustivos, importa ainda referenciar outros contributos: os trabalhos de Saks (1995) sobre as alterações na profissão médica e os de Witz (1992) e Davies (1995) que tomam por objecto da sua reflexão a problemática do género e as profissões; a releitura do fenómeno profissional à luz do contributo de Spencer por Dingwall e King (1995); as novas concepções sobre o profissionalismo de Evetts (2003a); a análise das alterações do modelo profissional ao nível dos advogados de Hanlon e Shapland (1997) e dos engenheiros de Evetts (2003b); a observação das recomposições das práticas profissionais (Becher, 1999).

Do outro lado do Atlântico, a obra de Brint (1994) é um relevante instrumento para a compreensão das transformações dos valores dos profissionais, no quadro mais amplo da recomposição das classes médias. Mobilizando as teses de Larson e Freidson, o autor vai particularmente discutir a passagem do sistema de valores do “velho profissionalismo” para a “nova ordem do *expert*”, bem como as novas formas do trabalho profissional, as relações dos profissionais com a política, a importância do conhecimento formal nas dinâmicas económicas, entre outros aspectos. A erosão progressiva da autonomia profissional face ao desenvolvimento do capitalismo aparece como uma das teses conclusivas mais importantes. Freidson (1994) e Harrison (1999) sustentam uma tese idêntica. Tal interpretação está fortemente radicada nas sociedades anglo-americanas e na profissão médica (Harrison e Ahmad, 2000). Como acontece com outros temas ao nível da análise sociológica das profissões, encontramos resultados

precisamente opostos - manutenção da autonomia e do controlo do trabalho - quando as investigações se centram em outras sociedades e em outras ocupações (Evetts, 2003b).

Nos anos mais recentes, tem-se assistido à emergência de novas formas de regulação das profissões (Bucher-Jeziorska e Evetts, 1997; Evetts, 2002; Comissão Europeia, 2004 e 2005; Cunha, 2004). Historicamente, existe uma distinção entre a auto-regulação (da responsabilidade da própria profissão por delegação do Estado) e as formas externas de regulação (designadamente realizadas pelo Estado face à profissão). No contexto da Europa continental, predomina a primeira forma que se materializa no controlo por uma associação - representante político de uma profissão específica - de vários aspectos como, por exemplo, as condições de acesso e de permanência na profissão, o exercício da respectiva actividade, o funcionamento dos mercados profissionais, a acreditação da formação académica e profissional, a aplicação da deontologia profissional. A auto-regulação é um meio poderoso nos processos de institucionalização da profissão, bem como possibilita o fechamento social desta, assente na monopolização do mercado dos serviços profissionais e no credencialismo.

As questões da concorrência e da regulação profissionais ganham um espaço, cada vez maior, na discussão político-económica sobre a inserção das profissões, em vários países da Europa e nos próprios organismos de direcção política da UE e da OCDE. Essa discussão materializa-se em novas formas de regulação que genericamente vão no sentido de retirar, parcial ou totalmente, as prerrogativas beneficiadoras das profissões nos mercados de trabalho. Dinâmica idêntica tem acontecido nos E.U.A. Em ambos os contextos sócio-geográficos, os pressupostos ideológicos das teses neoliberais quanto à natureza e funções do Estado, à preponderância dos mecanismos do livre mercado na regulação dos preços e na satisfação das necessidades dos sujeitos sociais, à inexistência de impedimentos, de natureza social e jurídico-institucional, ao funcionamento pleno desses mecanismos têm enquadrado a discussão e justificado as medidas tomadas pelos vários Estados nacionais.

Na UE, estamos perante um movimento anti-regulador que é transnacional e que se pretende que seja uniformemente aplicado a todos os Estados membros. Necessariamente é um processo complexo, permeado por conflitos e tensões, que está actualmente longe de uma aplicação completa e simultânea em todo o espaço europeu. Tal processo vem assumindo expressões diferenciadas entre os países, conforme, por um lado, os atributos das profissões objecto de intervenção - natureza do conhecimento científico e técnico em que estão ancoradas e do exercício profissional, configuração dos processos de profissionalização - e a capacidade política de resistência das respectivas associações representativas e, por outro, factores gerais que remetem para a natureza das relações entre o Estado e as profissões, os processos de redução e de reconfiguração das funções do Estado, em particular na educação, saúde e justiça, o grau de intervenção das associações de consumidores e a própria dinâmica económica.

Para a UE (2004), a regulação profissional terá que ser significativamente mudada de modo a obter-se uma maior modernização do enquadramento jurídico e, simultaneamente, o incremento da concorrência entre os profissionais, com consequências, por exemplo, no abrandamento das práticas monopolistas ou cartelizadas. Esta posição da UE, formalmente subscrita pelos governos nacionais, insere-se no projecto político de concretização de uma Europa alicerçada no conhecimento e constitui um eixo central da UE desde o Conselho Europeu de Lisboa, de Março de 2000. Embora sujeito a reformulações, de âmbito diverso, nos anos mais recentes, esse eixo permanece no quadro mais abrangente de um objectivo principal fixado naquele Conselho - “tornar a Europa num espaço económico mais dinâmico e competitivo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social”. As políticas estruturais de natureza económica e sociais adoptadas incorporam um conjunto de medidas políticas necessárias para alcançar tal objectivo. Dessas medidas, destacamos as seguintes (Rodrigues, 2003; Comissão Europeia, 2005 b, entre outros): a reforma institucional da UE e a implementação de novos métodos de governação da Europa; o incremento e difusão da sociedade da informação, dando um papel crucial à concretização de um círculo virtuoso entre consumidores e produtores de tecnologias de informação e de conhecimento; a ampliação do mercado interno, da competitividade económica internacional, em especial face ao E.U.A. e ao Japão, de novas formas de empresa e de comportamentos inovadores por parte dos empresários; a construção do Espaço Europeu de Investigação e de Inovação no sentido de se obter uma melhoria dos desempenhos da investigação, um incremento das articulações entre investigação e inovação, mas também recursos humanos mais abundantes e com maior capacidade de mobilidade; o desenvolvimento da designada sociedade aprendente assente no aumento da escolarização e da formação profissional ao longo da vida, na aquisição de novas competências básicas e na redefinição do papel sócio-institucional do ensino superior (neste caso, por intermédio da concretização do Processo de Bolonha<sup>27</sup>); e, finalmente,

---

<sup>27</sup> Unicamente em jeito de apontamento, convém recordar que as plurais questões que enformam o Processo de Bolonha no contexto da Europa terão de ser equacionadas face ao projecto político liderado formalmente pelos órgãos da UE e outorgado pelos respectivos Estados membros, quanto ao papel e as formas de participação das universidades na concretização da denominada sociedade do conhecimento. O posicionamento crucial que ocupam as universidades na transmissão de conhecimentos, na sua produção e no incremento da inovação tecnológica é amplamente reconhecido e erigido como elemento-chave por aqueles órgãos como condição para um sustentado crescimento económico futuro, no contexto de uma forte competitividade entre sociedades globalizadas. Neste sentido, vamos assistindo a uma redefinição dos eixos de desenvolvimento das universidades, o que se traduz na delimitação programática de “novos desafios” que terão de enfrentar (Comissão Europeia, 2003, 2005a e 2006): o aumento da procura do ensino universitário, quer ao nível da formação inicial, quer da formação especializada, quer ainda da concretização pelos sujeitos sociais da formação ao longo da vida; o incremento da investigação científica e,

a renovação do modelo social europeu em termos de políticas de emprego, de protecção e de inclusão sociais.

A problemática das novas formas de regulação profissional é actualmente um objecto eleito no seio da sociologia. Evetts (2002) apresenta-nos uma abordagem global da questão e das implicações que subsistem face à autonomia dos profissionais, bem como os procedimentos de regulação transnacional das profissões na UE. Num plano mais micro, é de reter, entre outros, os seguintes trabalhos que abordam a regulação profissional: Potton e Wolfgang (2002) sobre os advogados e farmacêuticos na Grã-Bretanha e Alemanha; Saks (1995), Johnson *et al.*, (1995), Eve e Hodgkin (1997) e Allsop e Saks (2002) sobre as profissões da saúde; Hanlon e Shapland (1997) sobre advogados; Broadbent e Laughin (1997) e Middlehurst e Kenie (1997) sobre as profissões no sector público.

De modo sintético, podemos enunciar algumas questões que ressaltam dos trabalhos compulsados. Em primeiro lugar, que subsiste um grau de diversidade das novas formas de regulação entre profissões e países, mas simultaneamente convergências na adopção mais extensiva dos princípios económicos da concorrência e de uma maior abertura dos mercados dos serviços profissionais (quebra parcial dos mercados monopolistas profissionais). Paradoxalmente, a ideologia neoliberal, com as suas restrições aos monopólios profissionais, possibilita alguma convergência entre o modelo anglo-americano de profissionalização e o modelo europeu continental (Svensson, 2003), podendo estar a assistir-se à redefinição dos posicionamentos das profissões - limitação crescente da sua autonomia, redução da sua capacidade de intervenção política - no seio dos Estados nacionais. Em segundo lugar, é notado por vários autores - como já apontámos acima - a importância crescente que a “*accountability*” e a qualidade das actividades dos profissionais têm nos discursos produzidos por diversas instâncias estatais e nas medidas legislativas sobre as profissões. Como resposta ao aumento da competitividade económica, à redução dos orçamentos estatais dedicados ao funcionamento dos elementos do Estado-providência, à procura pelos governos das “óptimas” relações custo/benefício e à pressão por

---

em especial, a sedimentação das suas articulações com a inovação tecnológica; a expansão da internacionalização da educação e da investigação por via da concorrência com universidades não europeias para a captação de estudantes e investigadores estrangeiros; a densificação das relações entre universidades e tecido empresarial para uma mais ampla transferência e divulgação de conhecimentos; a reorganização ao nível dos países, e paralelamente a uniformização entre eles, da oferta de educação quanto aos cursos, às áreas científicas de formação, aos conteúdos curriculares, aos sistemas de creditação dos resultados obtidos pelos alunos, às competências adquiridas por estes e aos métodos de ensino; o estabelecimento de novos princípios de financiamento do ensino universitário, que permitam incorporar uma diversificação das correspondentes fontes e a interdependência entre o financiamento e os resultados alcançados pelas instituições de ensino; e, por último, outras formas de governação das universidades alicerçadas em procedimentos gestionários de natureza estratégica, numa reordenação das estruturas organizativas internas e na adopção de práticas de avaliação a vários níveis.

parte dos consumidores, é patente um incremento dos processos de produção e circulação de informação, que pretende objectivar quantitativamente as práticas profissionais e os seus resultados (Broadbent, Dietrich e Roberts, 1997). A saúde e a educação são alguns dos exemplos ilustrativos do uso da quantificação com fins avaliativos. A expansão da “lógica avaliativa”, em contexto organizacional, conduz ao acréscimo do controlo dos profissionais com a consequente redução da sua autonomia e autoridade (Broadbent e Laughin, 1997). A par disto a qualidade, enquanto satisfação dos consumidores, passou a ser um critério saliente de aferição das práticas profissionais.

As tensões que subsistem entre, por um lado, os novos padrões de regulação das profissões comuns à UE, pautados pela liberalização dos mercados profissionais e aplicados no quadro dos processos de formação do mercado interno europeu e, por outro, as prerrogativas, as posições e trajectos das profissões em cada um dos Estados membros, que historicamente criaram as condições de protecção social e económica para as suas actividades, merecem uma especial atenção dos sociólogos, prefigurando-se como uma profícua linha de investigação a merecer futuro trabalho de investigação.

Em paralelo com o crescente interesse que se verifica na Europa sobre as profissões, é observável que em outro contexto sócio-geográfico - Brasil - perdura uma notória tendência para o fortalecimento da análise sociológica dos grupos profissionais. Tendência que é tributária dos contributos teóricos dos interaccionistas e das teses do poder e do monopólio profissional (onde ganham destaque os trabalhos de Larson e Freidson), mas que igualmente mobiliza os recursos de algumas das especializações da sociologia, o caso da educação e trabalho (Barbosa, 2003). Apresentam-se várias linhas de investigação. Uma primeira cingida à análise da evolução das profissões e da sua participação na formação e consolidação do Estado moderno brasileiro. Coelho (1999) estuda as denominadas “profissões imperiais” - medicina, advocacia e engenharia - ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século seguinte no Brasil, em que demonstra que ao longo do processo de institucionalização dessas profissões na vida social brasileira, em especial no Rio de Janeiro, a sua acção foi importante para a formação do Estado brasileiro. Mas, simultaneamente, o autor conclui que o Estado foi uma condição para garantir a autonomia profissional, por via de uma regulação que garantiu privilégios e monopólio do mercado dos respectivos serviços profissionais. Igualmente para a afirmação do Estado moderno brasileiro, no plano das suas áreas de intervenção, a acção dos engenheiros e dos economistas foi relevante (Gomes, Dias e Motta, 1994). No caso dos economistas, a sedimentação da profissão esteve fortemente relacionada com a constituição de uma elite burocrática que ocupou lugares de direcção nas instâncias governamentais, no pós Segunda Guerra Mundial, para o que foi decisivo os conhecimentos científicos e técnicos detidos pelos profissionais (Loureiro, 1992a; 1992b). Conhecimentos valorizados num contexto histórico marcado pela difusão

das ideias nacionalistas e desenvolvimentistas e pela discussão sobre a natureza e o papel do planeamento económico entre os monetaristas e os estruturalistas. Por seu turno, Diniz (2001) focaliza-se nas estratégias profissionais para a constituição dos monopólios profissionais (engenheiros, médicos e economistas) e no papel legitimador assumido pelo Estado, questionando-se também sobre os processos de proletarianização dos profissionais, adoptando o modelo teórico de Braverman (1976).

Uma outra linha de investigação articula o desenvolvimento do profissionalismo com a política. Com uma perspectiva teórica baseada em Freidson, Bonelli (2002) traça os padrões de relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado brasileiro, em particular no Estado de São Paulo, entre meados do século XIX e última década do século XX. Paralelamente, realiza uma análise das questões mais particulares das profissões como as carreiras, os processos de construção identitária, a sua inserção nos correspondentes segmentos específicos do mercado de trabalho e as conflitualidades em torno da construção do profissionalismo. Embora subsista a cada um destes grupos uma defesa dos valores do profissionalismo, a natureza dos conhecimentos formais mobilizados para a sua actividade, o prestígio social e a sua maior ou menor proximidade face ao poder político, conforme principalmente a natureza dos regimes políticos, que ao longo do arco temporal em análise se foram sucedendo alternadamente entre períodos de democracia e de ditadura, acabaram por condicionar as relações entre Estado e os grupos analisados, possibilitando ou não uma maior autonomia por parte destes.

Os elementos apontados ao longo do texto possibilitam reafirmar que, no momento presente, é patente o incremento do interesse sociológico na Europa continental sobre as profissões, reforçado pela emergência de novos problemas teórico-metodológicos sobre as formas de regulação dos grupos profissionais no quadro das instituições comunitárias. Para finalizar, iremos abordar como entre nós a sociologia analisa os fenómenos profissionais.

### **5. A análise sociológica das profissões em Portugal: notas sobre traços os caminhos percorridos**

No decorrer dos anos noventa foi patente um aumento da produção sociológica sobre os grupos profissionais em Portugal. É uma produção ainda limitada, principalmente resultante de trabalhos de investigação empírica realizados no âmbito da preparação de dissertações de mestrado e de doutoramento. É, por sua vez, uma produção que aborda um tema que não tem qualquer tradição no seio da sociologia portuguesa, mobilizando para isso, como veremos, quadros teóricos já sedimentados em outros contextos nacionais, o que, contudo, não pode ser interpretado como uma transposição conceptual, mas mais um



esforço de reequacionamento teórico-metodológico de molde a obter-se uma leitura sociológica densa sobre as dinâmicas passadas e presentes dos grupos profissionais.

Dos textos publicados ressalta um conjunto deles que se alicerçaram plenamente em quadros teóricos e problemáticas da sociologia das profissões. Referimo-nos a: Rodrigues (1998) sobre os engenheiros; Gonçalves (1998 e 2006), economistas; Gomes (2000), arquitectos; Rocha (2004), farmacêuticos. Não iremos aqui fazer uma recensão de cada um deles. Optámos por uma abordagem de alguns traços comuns. Traços que ilustram tendências de análise que vêm determinando a análise sociológica dos grupos profissionais no país<sup>28</sup>.

Um primeiro traço diz respeito à abordagem sócio-histórica centrada na identificação dos processos de emergência e sedimentação dos grupos profissionais, assim como dos contextos sociais, políticos e económicos que enformaram esses processos. São análises que abrangem arcos temporais longos, com uma notória valorização analítica dos períodos do Estado Novo e do regime democrático do pós 25 de Abril. Subsiste entre os estudos, por sua vez, um facto comum relevante, muito específico das teorias sociológicas mais recentes (abordagem sistémica, perspectiva do poder e dos monopólios profissionais), que se materializa no questionamento dos primórdios da formação das profissões em análise e que, igualmente, demonstram que a profissionalização não é um processo linear, padronizado, mas pelo contrário permeado por tensões, conflitos e consensos, e historicamente situado.

Um segundo traço aponta para a valorização analítica dos modos como os processos de profissionalização foram estruturados, assumindo padrões diferenciados de desenvolvimento ao longo do tempo, pelas relações entre a profissão e o Estado, pela inserção da profissão no seio das dinâmicas capitalistas, pelas interações entre o sistema de ensino e a profissão, pela estrutura e acção das organizações associativas politicamente representativas dos grupos. A par disto, é assumido por todos os autores a importância da codificação e da formalização de um *corpus* específico de conhecimento científico e técnico, da existência de um sistema de ensino próprio, produtor de profissionais, e de meios institucionalizados de produção e difusão desse conhecimento para a institucionalização e legitimação das profissões.

Uma particular atenção é dada às relações entre as profissões e o Estado Novo, constituindo o terceiro traço comum aos estudos acima compulsados. As relações estatais com engenheiros, economistas, arquitectos e farmacêuticos, embora assumindo particularidades significativas para cada um dos grupos e com temporalidades descoincidentes, estruturam-se em torno de grandes eixos: o controlo pelo Estado da formação académica universitária dos futuros

---

<sup>28</sup> Para uma análise abrangente dos estudos e dos grupos profissionais, em Portugal, no passado recente consulte-se Carapinheiro e Rodrigues (1998).

profissionais e, em simultâneo, dos seus conhecimentos científicos e técnicos que, em parte ou na totalidade, irão ser mobilizados, na qualidade de recursos cognitivos, no decurso das actividades profissionais; a criação de empregos para os profissionais na burocracia estatal, o que foi crucial para aqueles cujo exercício esteve dependente da assunção do estatuto de funcionário público, como por exemplo os médicos e os professores, ou para outros profissionais que não encontravam nas organizações económicas privadas, debilmente modernizadas, uma integração de qualidade; a regulação da actividade profissional pelo Estado. Neste último caso, o regime corporativo desenvolveu acções de cariz diferenciado conforme as profissões. Globalmente, a intervenção do Estado Novo foi no sentido de favorecer a institucionalização da profissão de engenheiro, por via da criação de uma associação profissional pública - Ordem dos Engenheiros, em 1933 - com poderes específicos de auto-regulação (concorrendo, assim, para a manutenção do monopólio profissional e do credencialismo), o mesmo não se verificando historicamente para os outros grupos profissionais. Para estes, o caso em particular dos economistas e dos farmacêuticos, o regime corporativo desenvolveu acções de controlo da organização profissional e do respectivo processo de profissionalização, inviabilizando uma forte representação política do grupo, não criando as condições para a sua legitimação social (ou então fazendo-o só tardiamente, em 1972, como o caso dos farmacêuticos), tal como tinha feito para outras profissões - para além dos engenheiros, os advogados e os médicos.

Finalmente, encontramos um quarto traço comum entre aqueles estudos<sup>29</sup> na análise do desenvolvimento recente das profissões, no decorrer do regime democrático instaurado com o 25 de Abril. Acréscimo do número de profissionais, segmentação e diferenciação das profissões por idade, por áreas de actividade profissional, por natureza das organizações onde se inserem, aumento da importância do assalariamento, expansão e conquista de novas áreas de jurisdição, apropriação de novos conhecimentos científicos e técnicos, redesenho das fronteiras das jurisdições profissionais historicamente construídas e redefinição da estrutura e objectivos das organizações associativas representativas politicamente das profissões são tendências que configuram engenheiros, economistas e arquitectos, embora apresentando uma certa parcela de especificidade decorrente, respectivamente, quer dos padrões que assumiram os respectivos processos de profissionalização (em especial da sua antiguidade), quer das configurações que tomaram, ao longo do tempo, as suas inserções sociais, económicas e políticas. Por outro lado, para arquitectos e economistas, o pós 1974 foi um tempo de reivindicação, face ao Estado, da consagração legal do seu fechamento social por via da criação das associações de direito público, o que viria a acontecer para os primeiros, em 1988 e para os outros dez anos depois.

---

<sup>29</sup> Não incluindo os farmacêuticos.

Aos textos apontados ter-se-á que acrescentar um outro (Freire *et al.*, 2004) que aborda o associativismo profissional em Portugal na actualidade. Baseado num estudo extensivo do universo das organizações existentes, apresenta um conjunto de resultados dos quais destacamos: a expansão do movimento associativo, de natureza profissional, com objectivos de representação dos interesses económicos, sociais e culturais, nos últimos trinta anos, fortemente imbricado no processo mais amplo de sedimentação do regime democrático do pós 1974; essa expansão reflecte, em parte, a difusão do modelo profissional e o incremento dos processos de profissionalização, alguns deles expressão, por sua vez, da emergência de novas profissões e da maior visibilidade social e política das profissões já existentes; diversidade de grupos ocupacionais integrantes do movimento associativo, os quais apresentam elementos caracterizadores discoincidentes das tradicionais profissões liberais, quanto aos conhecimentos científicos e técnicos, à natureza complexa do trabalho, ao poder e autonomia profissional, aos sistemas de credenciação e certificação profissional; fractura entre as associações de direito público (a esmagadora maioria das associações estudadas) e as associações públicas (juridicamente designadas por Ordens profissionais), por força da desigual capacidade legal de intervenção em defesa dos interesses da profissão; procura por parte das associações de direito público de um maior reconhecimento por parte do Estado das actividades das profissões que representam, de molde a obterem um controlo monopolista dos correspondentes mercados profissionais.

A totalidade dos estudos que compulsámos, mobilizadores dos quadros teóricos específicos à análise sociológica das profissões, aponta para um interesse sobre as profissões e possibilita, em conjunto, uma leitura sociológica das dinâmicas de algumas das profissões no decorrer do último século. Outros estudos, que se diferenciam dos anteriores por mobilizarem só parcialmente o instrumento conceptual e as problemáticas da sociologia das profissões, devem ser ainda considerados. São de reter os seguintes: Nóvoa (1987) - estudo da emergência e consolidação dos professores primários; Araújo (1985, 1990 e 1991) - feminização e profissionalização do grupo dos professores primários, dando uma primazia à abordagem sócio-histórica, como igualmente se verifica no anterior; Carapinheiro (1993) - estudo do grupo dos médicos em contexto hospitalar; Garcia e Castro (1993) e Garcia (1994) - estrutura e organização dos jornalistas; Carapinheiro e Amâncio (1995) - profissionalização dos cientistas; Lopes (2001) - identidade profissional dos enfermeiros; Freire (2003) - sobre a Armada portuguesa. Para o grupo profissional dos sociólogos existem os trabalhos de Costa (1990) e de Gonçalves, Parente e Veloso (2001 e 2004) que vertem nas suas análises desenvolvidas conceptualizações da análise sociológica das profissões.

O aumento da produção sociológica aqui referenciado não deixa de reflectir um conjunto de transformações económicas, sociais e culturais que vêm

reconfigurando o mundo do trabalho e dos grupos profissionais em particular. Sinteticamente podemos alinhar algumas das transformações que consideramos mais relevantes<sup>30</sup>.

Ao nível da estrutura ocupacional, verifica-se uma tendência pesada de aumento da importância de profissionais, em conjunto com a sedimentação da terciarização da economia, da quebra abrupta do emprego agrícola e do decréscimo do operariado industrial, na última década, fruto da intensificação da desindustrialização. Feminização das profissões, emergência de novas actividades, caracterizadas por elevadas exigências de qualificação académica de nível superior e pelo domínio de *corpus* de conhecimentos científicos e técnicos, permanência da capacidade de atracção pelas profissões historicamente sedimentadas, mas nem por isso menos sujeitas a processos de recomposição estrutural, organizativa e dos perfis das suas actividades específicas, são aspectos igualmente a destacar.

### Quadro 3

Distribuição percentual da população empregada por grupos profissionais e por sexo para Portugal

	1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM
Dirigentes	5,6	2,4	4,3	8,7	4,9	7,0
Profissionais intelectuais e científicos	4,8	6,9	5,6	6,6	11,0	8,6
Técnicos intermédios	5,9	9,9	7,5	9,1	10,2	9,6
Administrativos	8,5	14,0	10,7	7,7	15,3	11,1
Trabalhadores dos serviços	12,0	15,8	13,6	10,7	18,7	14,3
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	9,6	7,3	8,6	5,0	2,9	4,1
Operários	41,3	20,2	32,8	42,7	14,8	30,3
Trabalhadores não qualificados	12,2	23,6	16,8	9,4	22,3	15,1

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Por sua vez, a crescente importância da inserção de profissionais no mercado de trabalho (Quadro 3)<sup>31</sup> é o produto de interacção complexa, feita de contradições e tensões sociais, entre vários factores: i) a modernização

<sup>30</sup> Para tal exercício tomámos em conta várias referências: Costa *et al.*, (2000); Freire (2004); Vieira (1995); Almeida *et al.*, (1994); Barreto (1996); Freire (1998); Machado e Costa (1998); Cardoso *et al.*, (2005); Rodrigues (2003); INE (2003); Gonçalves (2003, 2005 e 2006).

<sup>31</sup> Os Recenseamentos Populacionais usam diferentes classificações de profissões. Face a isto e tendo em conta a natureza e estrutura dessas classificações optámos por elaborar um exercício comparativo uma classificação específica de grandes grupos profissionais, que tomou em consideração a proposta de Cardoso e Costa (2005). Deste modo, os dados apresentados devem ser usados com alguma cautela metodológica e são meramente ilustrativos das grandes tendências de recomposição profissional do mundo laboral.

organizacional e tecnológica de alguns dos segmentos do tecido empresarial - consequência de um aumento da competitividade, do investimento estrangeiro, da internacionalização dos mercados, da terciarização, entre outros aspectos - fortemente mobilizadora de novos conhecimentos científicos e técnicos formais e complexos, provenientes de uma formação escolar estruturada e longa e de uma formação profissional contínua, traduziu-se na contratação de um número crescente de sujeitos com um nível elevado de qualificações académicas, estatutariamente assumidos como profissionais. Por sua vez, a modernização de sectores da burocracia estatal, pautada por uma mobilização da tecnicidade e das actividades de gestão e processamento da informação tão peculiares da designada sociedade da informação e do conhecimento, e a expansão e diversificação das áreas e das acções do Estado, por vezes no sentido do desenvolvimento das estruturas de um Estado-Providência, embora marcado pela insuficiência e fragmentação (Mozzicafredo, 1998), também concorreu para o aumento de empregos estatais para profissionais, em particular com formações académicas nas áreas da educação, saúde, serviços sociais e direito; ii) do lado da procura de emprego, assiste-se à crescente produção pelo sistema de ensino superior (universidades e politécnicos) de diplomados e o seu conseqüente afluxo ao mercado de trabalho no decorrer dos últimos quinze anos, como salientámos no ponto anterior do presente Relatório, com o conseqüente acréscimo dos níveis de escolaridade da população activa.

De modo imbricado com a tendência pesada do aumento da importância dos profissionais na estrutura ocupacional subsiste, na sociedade portuguesa, desde os anos oitenta do século passado, um movimento amplo de construção e sedimentação da profissionalização de alguns grupos ocupacionais e de difusão do modelo profissional no mundo do trabalho. Acima já fizemos referência aos eixos desse movimento como: a expansão do movimento associativo; a emergência de novos grupos profissionais; a reivindicação por alguns grupos ocupacionais dos padrões do modelo profissional, no que respeita à sua capacidade de autorregulação. A segmentação, a recomposição das profissões mais tradicionais, o reforço do fechamento social dos grupos profissionais por via da criação de mais obstáculos ao ingresso na profissão aos candidatos com as necessárias titulações académicas, a eleição do profissionalismo como padrão de organização e gestão das organizações (uma situação em todo semelhante à que verificamos para outros países europeus) são outros eixos daquele movimento, que apontam para o dinamismo do fenómeno profissional na sociedade portuguesa contemporânea.

Uma nota ainda em relação ao último eixo apontado. As mudanças organizacionais e tecnológicas verificadas nas empresas e na administração estatal estão enformadas, em particular quanto às primeiras, por novas concepções e práticas de gestão quanto aos objectivos das organizações económicas, aos modos de mobilização dos assalariados para a concretização desses objectivos e às relações de implicação que estes devem ter no seu quotidiano laboral. Embora

temporalmente mais tardia face ao que vinha acontecendo na Europa e nos E.U.A., assiste-se entre nós a uma crescente difusão, nos anos noventa do século passado, do que Le Goff (1992) denomina apropriadamente o “mito da empresa”, assente na valorização, por vezes profundamente mistificadora, da flexibilização, da disponibilidade plena face aos ritmos do emprego, da responsabilização individual pelo trabalho e pela empregabilidade, da naturalização do risco e da insegurança laboral e do profissionalismo (Rodrigues, 2004; Gonçalves, 2004)<sup>32</sup>. É uma noção de profissionalismo constituída, embora de modo difuso, por vários traços - competência científica e técnica, assente na formação académica e na experiência profissional; qualidade das tarefas; comportamentos eticamente responsáveis. Traços que favorecem explicitamente a difusão do modelo profissional nas organizações, estendendo-o mesmo para actividades laborais que não se enquadram no campo das profissões.

Ao longo do presente texto passámos em revista os eixos de desenvolvimento da análise sociológica das profissões. Podemos concluir que o património teórico-metodológico construído sobre as profissões (e por abrangência das ocupações no sentido mais vasto do termo) é um dos instrumentos importantes para a leitura sociológica sobre as plurais recomposições sociais, económicas e culturais que atravessam o mundo do trabalho, nas actuais sociedades globalizadas. Em particular, a mobilização desse instrumento é heurísticamente válido para o conhecimento da intensificação dos processos de profissionalização e da simultânea difusão do modelo profissional e do profissionalismo em Portugal.

*Porto, Março de 2007*

### **Referências bibliográficas**

- ABBOTT, Andrew (1988), *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labour*, London, The University of Chicago Press.
- ALMEIDA, João, COSTA, António e MACHADO, Luís (1994), “Recomposição social e novos protagonismos”, in António Reis (org.), *Portugal - 20 anos de democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 307-330.
- ANTUNES, Ricardo (2002), *Os sentidos do trabalho*, Rio de Janeiro, Boitempo.
- ARAÚJO, Helena (1985), “Profissionalismo e o ensino”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, pp. 23-34.
- ARAÚJO, Helena (1990), “Feminização da docência”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 120-130.

---

<sup>32</sup> Para um debate crítico sobre tais concepções e práticas consulte-se, entre outros: Kovacs e Castilho (1998); Durand (2004); Pillon e Vatin (2003); Beck (2000 e 2002); Kovacs (2002); Antunes (2002).

- ARAÚJO, Helena (1991), “As professoras primárias na viragem do século”, in *Organizações e Trabalho*, nº 5/6, pp.127-143.
- ÁVILA, Nuria e RODRÍGUEZ, Josep (2004), “Câmbios en la estructura y práctica de la profesión de abogado”, in MARTÍNEZ, Mariano Sánchez *et al.*, *Sociología de las Profesiones. Pasado, presente y futuro*, Murcia, Diego Marín, pp. 281-295.
- BANHA, Rui (1999), “O exercício da sociologia no contexto do poder local em Portugal”, in CARREIRAS, Helena, FREITAS, Fátima e VALENTE, Isabel (orgs.), *Profissão sociólogo*, Oeiras, Celta, pp. 45-52.
- BARBER, Bernard (1965), “Some problems in the sociology of the professions”, in Kenneth Lynn (ed.), *The professions in America*, Boston, Houghton Mifflin Company, pp. 669-688.
- BARBOSA, Maria (2003), “Ensaio bibliográfico. As profissões no Brasil e sua sociologia”, in *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 46, nº 3, pp. 593-607.
- BARRETO, António (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS.
- BECHER, T. (1999), *Professional Practices*, London, Transaction Publishers.
- BECK, Ulrich (2000), *The brave new world of work*, Oxford, Blackwell Publishers.
- BECK, Ulrich (2002), *Liberdade ou capitalismo*, São Paulo, Editora Unesp.
- BELL, Daniel (1976), *Vers la société post-industrielle*, Paris, Laffont.
- BENIGUI G. (1972), “La définition des professions”, in *Épistémologie sociologique*, 13, pp. 99-113.
- BERLANT, J. (1975), *Profession and monopoly. A study of medicine in the United States and Great Britain*, Berkeley, University of California Press.
- BERTILSSON, Margareta (1990), «The Welfare State, the professions and citizens», in TORSTENDAHL, Rolf e BURRAGE Michael (eds.), *The Formation of Professions*, Londres, Sage, pp. 114-133.
- BOLTANSKI, Luc (1982), *Les Cadres. La formation d'un groupe sociale*, Paris, Les Editions Minuit.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Eve (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimar.
- BONELLI, Maria da Glória (2002), *Profissionalismo e política no mundo do direito*, São Paulo, Editora Sumaré.
- BOUFFARTIGUE, Paul e GADEA, Charles (1997), «Les ingénieurs français. Spécificités nationales et dynamiques récentes d'un groupe professionnel», in *Revue Française de Sociologie*, 38 (2), pp. 301-326.
- BOUFFARTIGUE, Paul e GADEA, Charles (2000), *Sociologie des cadres*, Paris, La Découverte.
- BOURBON, J. (1993), «Les réalisateurs de télévision: de déclin d'un groupe professionnel», in *Sociologie du Travail*, 4, pp. 35–53.
- BRAVERMAN, Harry (1976), *Travail et capitalisme monopoliste, la dégradation du travail au XX siècle*, Paris, Maspéro.
- BRETAGNE, Valérie (2004), «Employeurs de sociologues: compétences experts et réflexivité», in LEGRAND, Monique e VRANCKEN, Didier (dir.), *L'expertise du sociologue*, Paris, L'Harmattan, pp. 143-179.
- BRINT, Steve (1994), *In age of experts. The changing role of professionals in politics and public life*, Princeton, Princeton University Press.
- BROADBENT, Jane e LAUGHIN, Richard (1997), “Accounting logic and controlling professionals”, in BROADBENT, Jane, DIETRICH, Michael, ROBERTS (edit) (1997), *The end of professions*, Londres, Routledge, pp. 34-49.
- BROADBENT, Jane, DIETRICH, Michael, ROBERTS (1997), “The end of professions”, in BROADBENT, Jane, DIETRICH, Michael, ROBERTS (edit) (1997), *The end of professions*, Londres, Routledge, pp. 1-12.
- BROADBENT, Jane, DIETRICH, Michael, ROBERTS (edit) (1997), *The end of professions*, Londres, Routledge.
- BUCHER-JEZIORSKA, Anna e EVETTS, Julia (1997), “Regulating professionals. The polish example”, in *International Sociology*, Vol. 12 (1), pp. 61-72.

- BURRAGE, Michael (1990), "Introduction: the professions in sociology and history", in BURRAGE, Michael e TORSTENDAHL, Rolf (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, pp. 122-126.
- BURRAGE, Michael e TORSTENDAHL, Rolf (orgs.) (1990), *Professions in Theory and History*, London, Sage.
- BUTERA, Federico e PRANDSTRALLER, Gian (1998), «Dalla sociologia delle professioni all'analisi dei gruppi professionali», in *Sociologia del Lavoro*, 70/71, pp. 27-49.
- CARAPINHEIRO, Graça (1993), *Saberes e poderes no hospital*, Porto, Afrontamento.
- CARAPINHEIRO, Graça e AMÂNCIO, Lígia (1995), "A ciência como profissão", in JESUÍNO, Jorge Correia, *A Comunidade científica portuguesa nos finais do século XX, Oeiras, Celta, pp. 4771.***
- CARAPINHEIRO, Graça e RODRIGUES, Maria (1998), "Profissões: protagonismos e estratégias", in VIEGAS, José Leite e COSTA, António Firmino, *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 147-164.
- CARDOSO, Gustavo *et al.*, (2005), *A sociedade em rede em Portugal*, Oeiras, Celta.
- CARREIRAS, Helena, FREITAS, Fátima e VALENTE, Isabel (1999), *Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta, pp. 1-10.
- CARREIRAS, Helena, FREITAS, Fátima e VALENTE, Isabel (1999), *Profissão Sociólogo*, Oeiras, Celta.
- CARR-SAUNDERS A. e WILSON, P. (1933), *The Professions*, London, Oxford University Press.
- CASTEL, Robert (2002), «La sociologie et la réponse à la demande sociale», in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 67-78.
- CASTELLS, Manuel (2004), *A era da informação*, Vol. I, Lisboa, FCG.
- CHAPOULIE, Jean (1973), «Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels», *Revue Française de Sociologie*, XIV, pp. 86-114.
- CHEETHMAN, G. e CHIVERS, G. (2005), *Professions, competence and informal learning*, London, Edward Elgar.
- CHENAL, Odile *et al.*, (1987), *L'exercice professionnel de la sociologie*, Paris, CNRS-IRESO.
- COELHO, Edmundo Campos (1999), *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro. 1822-1930*, Rio de Janeiro, Record.
- COGAN (1953), "Toward a definition of profession", in *Harvard Education Review*, nº 23, pp. 33-50.
- COLLINS, Randall (1979), *The Credential Society an Historical Sociology of Education and Stratification*, Orlando, Academic Press, 1979.
- COLLINS, Randall (eds.) (1990), "Changing conceptions in the sociology of the professions", in TORSTENDAHL, Rolf e BURRAGE Michael, *The Formation of Professions*, London, Sage, pp. 11-22.
- COMISSÃO EUROPEIA (2003), *O papel das universidades na Europa do conhecimento*, COM (2003) 58 final, 05.02.2003
- COMISSÃO EUROPEIA (2004), *Relatório sobre a concorrência das profissões liberais*, COM (2004) 83 final, 09.02.2004.
- COMISSÃO EUROPEIA (2005 a), *Mobilizar os recursos intelectuais da Europa*, COM (2005) 152 final, 20.04.2005
- COMISSÃO EUROPEIA (2005 b), *Serviços das profissões liberais – possibilidades de novas reformas*, COM (2005) 405 final, 5.09.2005.
- COMISSÃO EUROPEIA (2006), *Faire reussir le project de modernisation pour les universites: formation, recherche et innovation*, COM (2006) 208 final, 10.05.2006.
- CORCUFF, Philippe (2002), «Sociologie et engagement: nouvelles pistes épistémologiques dans l'après-1995», in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 155-174.



- COSTA, António Firmino (1990), “Cultura profissional dos sociólogos”, in APS, *A sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século - Actas do I Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, pp. 25-40.
- COSTA, António Firmino *et al.*, (2000), “Classes sociais na Europa”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 34, pp. 9-43.
- CUNHA, Carolina (2004), “Profissões liberais e restrições da concorrência”, in CEDIPRE, *Estudos da Regulação*, Coimbra, pp. 450-489.
- DAVIES, Carl (1995), “The sociology of professions and the professions of gender”, *Sociology*, 30, pp. 661-678.
- DEMAILLY, Lise (2004), «Une spécificité de l’approche sociologique française des groupes professionnels: une sociologie non clivée», in *Knowledge, Work & Society*, 2, pp. 107-127.
- DERBER, Charles (1983), «Ideological proletarianization and postindustrial labour», in *Theory and Society*, nº 12, pp. 281-308.
- DGEEP (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho*, Lisboa, DGEEP.
- DIETRICH, Michael e ROBERTS, Jennifer (1997), “Beyond the economics of professionalism”, in BROADBENT, Jane *et al.*, *The end of the professions*, London, Routledge, pp. 14-33.
- DINGWALL, Robert e KING, Mikel (1995), “Herbert Spencer and the professions: occupational ecology reconsidered”, in *Sociological Theory*, 13 (1), pp. 14-24.
- DINIZ, Marli (2001), *Os donos do saber. Profissões e monopólios profissionais*, Rio de Janeiro, Editora Revan.
- DUBAR, Claude (1991), *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- DUBAR, Claude (1994), «De la sociologie des professions à la sociologie des groupes professionnelles et des formes identitaires», in LUCAS, Yvette e DUBAR, Claude, *Genèse & dynamique des groupes professionnels*, Paris, Press Universitaires de Lille, pp. 249-260.
- DUBAR, Claude (2000), *La crise des identités*, Paris, PUF.
- DUBAR, Claude (2002), «Les tentatives de professionnalisation des études de sociologie: un bilan prospectif», in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 95-118.
- DUBAR, Claude (2003), “Sociologie des groupes professionnels en France: un bilan prospectif”, in MENGER, Pierre Michel (dir.), *Les professions et leurs sociologues*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, pp. 51-59.
- DUBAR, Claude e TRIPIER, Pierre (1998), *Sociologie des Professions*, Armand Colin, Paris.
- DURAND, Jean-Pierre (2004), *La chaîne invisible*, Paris, Seuil.
- DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert (1993), *Sociologie Contemporaine*, Paris, Vigot, 1993.
- DURKHEIM, Emile (1973), *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença (1ª edição de 1897).
- DURKHEIM, Emile (1984), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Editorial Presença (1ª edição de 1893).
- EVE, Rosalind e HODGKIN, Paul (1997), “Professionalism and medicine”, in BROADBENT, Jane, DIETRICH, Michael, ROBERTS (edit) (1997), *The end of professions*, Londres, Routledge, pp. 69-84.
- EVERTSSON, L. (2000), “The Swedish welfare state and the emergence of female welfare state occupations”, in *Gender, Work and Organization*, 7, pp. 230-241.
- EVETTS, Julia (2003a), “Sociología de los grupos profesionales: historia, conceptos y teorías”, in MARTÍNEZ, Mariano Sánchez *et al.*, (coord.), *Sociología de las Profesiones*, Murcia, Diego, pp. 29-49.**
- EVETTS, Julia (2003b), “The sociological analysis of professionalism”, in *International Sociology*, Vol. 18 (2), pp. 395-415.
- EVETTS, Julia. (2002), “New directions in state and international professional occupations: discretionary decisionmaking and acquired regulation”, in *Work, employment and society*, Vol. 16(2), pp. 341-353.
- FERNÁNDEZ, Manuel Martín (1990), *La profesión de policía*, Madrid, CIS.

- FERRERES, V. (1994), “El desarrollo de los profesionales universitarios”, in *Revista de Ciencias de l'Educacion*, Vol I.
- FREIDSON, Eliot (1978), *La Profesión Médica*, Barcelona, Ediciones Península.
- FREIDSON, Eliot (1986), *Professional Powers*, Chicago, The University of Chicago Press.
- FREIDSON, Eliot (1994), *Professionalism Reborn*, London, Polity Press.
- FREIDSON, Eliot (2001), *Professionalism. The third logic*, Chicago, The University of Chicago Press.
- FREIRE, João (1998), “Empresas e organizações: mudanças e modernização”, in VIEGAS, José Leite e COSTA, António Firmino, *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 285-309.
- FREIRE, João (2001), *Sociologia do Trabalho. Uma introdução*, Porto, Edições Afrontamento.
- FREIRE, João (2003), *Homens em fundo azul marinho*, Oeiras, Celta.
- FREIRE, João (2004), “Análise sociopolítica das associações”, in FREIRE, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, pp. 225-255.
- FREIRE, João (org.) (2004), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta
- FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P. (eds), (1960/1961), *Traité de sociologie du travail*, Paris, Armand Colin (2 vols).
- FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre (éds) (1960-1961), *Traité de sociologie du travail*, Paris, Armand Colin, 2 volumes.
- GADEA, Charles (2003), “Sociologie des cadres et sociologie des professions: proximités et paradoxes», in *Knowledge, Work & Society*, 1, pp. 12-23.
- GARCIA, José Luís (1994), “Principais tendências de evolução do universo dos jornalistas portugueses”, in *Vértice*, 60, pp. 23-34.
- GARCIA, José Luís e CASTRO, José (1993), “Os produtores de opinião pública: entre o grupo profissional e o grupo de status”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa, Fragmentos, pp. 141-156.
- GARCIA, M. e Garcia, M. (2000), *Professionales del periodismo. Hombres y mujeres en los medios de comunicación*, Madrid, CIS.
- GIANNINI, Mirella e MINARDI, Everardo (1998), “Introduzione. Per una sociologia dei gruppi professionali”, in *Sociologia del Lavoro*, 70/71, pp. 9-25.
- GIDDENS, Anthony (1987), “What do sociologists do?” in Anthony Giddens, *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press.
- GOMES, Ângela de Castro, DIAS, José Luciano de Matos e MOTA, Marly Silva da (1994), *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- GOMES, Sandra (2000), *A construção da profissionalização dos arquitectos em Portugal: um estudo sociológico*, tese de mestrado, ISCTE.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (1998), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Dissertação de Doutoramento apresentada na FLUP (texto policopiado), Porto.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2003), “Emprego e desemprego: algumas notas de reflexão”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, CD-ROM
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2004) “A dimensão económica das profissões”, in FREIRE, João (org.) *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, pp. 83-107.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2005), “Evoluções recentes do desemprego em Portugal”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. 15, pp. 123-161.
- GONÇALVES, Carlos Manuel (2006), *Emergência e Consolidação dos Economistas*, Edições Afrontamento, Porto.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (2001) “Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho” in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. XI, pp. 31-94.
- GONÇALVES, Carlos Manuel, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (2004), “Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras*, vol. XIV, pp. 253-297.

- GOODE, William (1960), "Encroachment, charlatanism and the emerging profession: psychology, sociology and medicine", in *American Sociological Review*, 25, 1960, pp. 902-914.
- GREENWOOD, Ernest (1966), "The elements of professionalization", in VOLLMER, Howard e MILLS, Donald (orgs.), *Professionalization*, Nova Jérsea, Prentice-Hall.
- GRIGNON, Claude (2002), «Sociologie, expertise et critique sociale», in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 119-136.
- GUILLEN, Mauro (1989), *La Profesión de economista. El auge de economistas, ejecutivos y empresarios en Espana*, Barcelona, Ariel.
- GUILLEN, Mauro (1990), "Profesionales y burocracia: desprofesionalizacion, proletarizacion y poder profesional en las organizaciones complejas", in *Revista Espanola de Investigaciones Sociológicas*, n° 51, pp. 35-51.
- GUILLEN, Mauro (1992), "El sistema de profesiones: el caso de las profesiones economicas en Espana", in *Revista Espanola de Investigaciones Sociológicas*, n° 59, pp. 243-259.
- GYARAMATI, Gabriel (1975), "The doctrine of the profession – basis of a power structure", in *International Social Science Journal*, XVII (4), pp. 67-78.
- HALL, Richard H., (1975), *Occupations and the social structure*, Princeton, Princeton-Hall.
- HALL, Richard H., (1983), "Theoretical trends in the sociology of occupations", in *The Sociological Quarterly*, 24, pp. 34-47.
- HALLIDAY, Terence (1983), "Professions, class and capitalism, in *Archives Européens de Sociologie*, n° 24, 1983, pp. 321-346.
- HALLIDAY, Terence (1985), "Knowledge mandates: collective influence by scientific, normative and syncretic professions", in *The British Journal of Sociology*, vol. XXXVI, n° 3, pp. 421-447.
- HANLON, Gerard (1998), "Professionalism as enterprise: service class politics and the redefinition of professionalism", in *Sociology*, 32 (1), pp. 43-63.
- HANLON, Gerard e SHAPLAND, Joanna (1997), "Professional desintegration? The case of law", in BROADBENT, Jane, DIETRICH, Michael, ROBERTS (edit.), *The end of professions*, Londres, Routledge, pp. 104-121.
- HARRISON, S. (1999), «Clinical autonomy and health policy: past and futures», in EXWORTHY, M. (eds.), *Professionals and the new managerialism in the public sector*, Buckingham, Open University Press.
- HARRISON, S. e AHMAD, W. (2000), "Medical autonomy and the UK state 1975 to 2005", in *Sociology*, vol. 34 (1), pp. 129-146.
- HEIDENHEIMER, Arnold (1989), "Analyse historique comparée du savoir professionnel et des politiques étatiques: les juristes et les médecins en GrandBretagne, en Allemagne et aux Etats-Unis", in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n° 122, pp. 587-615.
- HUGHES, Everett (1958), *Men and their work*, Connecticut, Greenwood.
- HUGHES, Everett (1963), "Professions", in *Daedalus*, vol. 92, n° 4, pp. 655-668.
- IEFP (2005), *Relatório Anual*, Lisboa, IEFP.
- INE (2003), *Portugal Social. 1991-2001*, Lisboa, INE.
- IRES (2000), *Les marches du travail en Europe*, Paris, La Decouverte.
- JOHNSON, Terence (1972), *Professions and Power*, London, Macmillan.
- JOHNSON, Terence (1982), "The state and the profession: peculiarities of the British", in GIDDENS, A. e MACKENZIE, G. (orgs.), *Social Class and the Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 45-67.
- JOHNSON, Terry et al., (1995), *Health professions and the state in Europe*, Londres, Routledge.
- JOHNSUA, Samuel (2002), Science, sociologie, politique: qui expertisera les experts?, in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 155-174.
- KARPIC, Lucien (1995), *Les avocats entre l'État, le public et le marché*, XIII-XX, Paris, Gallimard.
- KERGOAT, Jacques et al., (1998), *Le monde du travail*, Paris, La Decouverte.
- KOVÁCS, Ilona (2002), *As metamorfoses do emprego*, Oeiras, Celta.

- KOVÁCS, Ilona e CASTILLO, Juan José (1998), *Novos modelos de produção*, Oeiras, Celta.
- KRAUSE, Elliot (1988), “Les guildes, l’Etat et la progression du capitalisme: les professions savants de 1930 à nos jours”, in *Sociologie et Sociétés*, n° 2, pp. 91-124.
- KRAUSE, Elliot (1996), *Death of the guilds: professions, states and the advance capitalism, 1930 to the present*, New Haven, Yale University Press.
- KUHLMANN, Ellen (2001), “The rise of German dental professionalism as a gendered project. How scientific progress and health policy evoked change in gender relations, 1850-1919”, in *Medical History*, 45, pp. 443-460.
- KUHLMANN, Ellen (2004), “Post-modern times for professions: the fall of the ideal professional and its challenges to theory”, *Knowledge, Work & Society*, Vol. 2, n° 2, pp. 69-89.
- LAHIRE, Bernard (2002), «Utilité: entre sociologie expérimentale et sociologie sociale», in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 43-66.
- LAPEYRE, Nathalie (2006), *Les professions face aux enjeux de la féminisation*, Toulouse, Octares.
- LARSON, Magali (1977), *The Rise of Professionalism. A sociological analysis*, London, University of California Press.
- LAWSON, Tony e GARROD, Joan (2004), *The complete A-Z Sociology handbook*, Londres, Hodder & Stoughton.
- LE GOFF, Jean-Pierre (1992), *Le mythe de l’entreprise*, Paris, La Découverte.
- LEGRAND, M. et al., (1995), *La sociologie et ses métiers*, Paris, L’Harmattan.
- LEGRAND, Monique (2001), «Essor de l’intervention en sociologie», in VRANCKEN, Didier e KUTY, Olgierd (eds), *La sociologie et l’intervention*, Bruxelles, De Boeck, pp. 69-88.
- LEGRAND, Monique (2004), «L’expertise du sociologue: engagement et accompagnement du changement», in LEGRAND, Monique e VRANCKEN, Didier, *L’expertise du sociologue*, Paris, L’Harmattan, pp. 81-138.
- LEGRAND, Monique e VRANCKEN, Didier (dir.) (2004) *L’expertise du sociologue*, Paris, L’Harmattan.
- LOPES, Noémia (2001) *Recomposição profissional da enfermagem*, Coimbra, Quarteto Editora
- LOUREIRO, Maria Rita (1992a), “Economistas e participação política no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano VII, n° 19, pp. 34-36.
- LOUREIRO, Maria Rita (1992b), “Economistas e elites dirigentes no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano VII, n° 20, pp. 47-69.
- LUCAS, Yvette (1994), «Introduction. Qu’est-ce qu’une sociologie des groupes professionnels?», in LUCAS, Yvette e DUBAR, Claude (eds), *Genèse & dynamique des groupes professionnels*, Lille, Press Universitaires de Lille, pp. 11-25.
- LUCAS, Yvette e DUBAR, Claude (eds) (1994), *Genèse & dynamique des groupes professionnels*, Lille, Press Universitaires de Lille.
- MACDONALD, Keith (1984), «Professional formation: the case of Scottish accountants», in *The British Journal of Sociology*, n° 35, pp. 117-189.
- MACDONALD, Keith (1989), “Building respectability”, *Sociology*, 23 (1), pp. 55-80.
- MACDONALD, Keith (1995), *The Sociology of the Professions*, London, Sage.
- MACDONALD, Keith e RITZER, George (1988), “The sociology of the professions”, in *Work and Occupations*, vol. 15, n° 3, pp. 251-272.
- MACHADO, Fernando Luis (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal - contextos, recomposições e implicações”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 20, pp. 43-103.
- MACHADO, Fernando Luis e COSTA, António Firmino (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, in VIEGAS, José e COSTA, António Firmino da, *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- MANSUROV, Valery et al., (2004), «The anglo-american and russian sociology of professions: comparisons and perspectives”, *Knowledge, Work & Society*, Vol. 2 n° 2, pp. 23-47.
- MARTÍNEZ, Mariano Sánchez e CARRERAS, Juan Sáez (2003), “Sociología de las profesiones en España? Entre la carencia y la necesidad de consolidación”, in MARTÍNEZ, Mariano Sánchez et al., (coord.), *Sociología de las Profesiones. Pasado, presente y futuro*, Murcia, Diego Marín, pp. 183 - 253.

- MARTÍNEZ, Mariano Sánchez *et al.*, (coord.) (2003), *Sociologia de las Profesiones. Pasado, presente y futuro*, Múrcia, Diego Marín.
- MARTÍN-MORENO, Jaime e MIGUEL (1982), Amando, *Sociologia de las Profesiones*, Madrid, CIS.
- MAURICE, Marc (1972), «Propos sur la sociologie des professions», in *Sociologie du Travail*, n° 2, pp. 213-225.
- MEDA, Dominique (2004), *Le travail*, Paris, PUF.
- MENDRAS, Henri (1995), *Comment devenir sociologue*, Paris, Actes Sud.
- MENGER, Pierre-Michel (dir.) (2003), *Les professions et leurs sociologies*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MERTON, Robert (1982), *Social research and the practicing professions*, Nova Iorque, University Press of America.
- MIDDLEHURST, Robin e KENNIE, Tom (1997), "Leading professionals. Towards new concepts of professionalism", BROADBENT, Jane *et al.*, (edit) (1997), *The end of professions*, Londres, Routledge, pp. 50-67.
- MIGUEL, Jesus M. e SALCEDO, Juan (1987), *La profesión farmacéutica*, Madrid, CIS.
- MOZZICAFREDO, Juan (1998), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.
- MUSELLE, Marie (2003), «Identités de sociologue et nouvelles pratiques sociologiques: de l'expertise à l'engagement», in LEGRAND, Monique e VRANCKEN, Didier *L'expertise du sociologue*, Paris, L'Harmattan, pp. 63-78.
- NÓVOA, António (1987), *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, INIC, I e II vol., 1987.
- OCTOBRE, Sylvie (1999), «Profession, segments professionnels et identité - L'évolution des conservateurs de musées», in *Revue Française de Sociologie*, Vol. 40, 2, pp. 357-383.
- OPPENHEIMER, Martin (1973), «The proletarianization of the professional», in *Sociological Review Monographs*, n° 20, pp. 213-227.
- PARADEISE, Catherine (1984), «La marine marchande française, un marché du travail fermé?», in *Revue Française de Sociologie*, XXV-3, pp. 362-375.
- PARKIN, Frank (1978), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, London, Tavistock Publications.
- PARRY, Noel e PARRY, José (1976), *The Rise of the Medical Profession: A study of Collective Social Mobility*, Londres, Croom Helm.
- PARSONS, Talcott (1958), "The professions and social structure", in *Essays in Sociological Theory*, Glencoe, The Free Press, pp. 3450 (1ª edição de 1939).
- PARSONS, Talcott (1972), "Professions", in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, London, Macmillan Company, vol. 12, pp. 536546.
- PARSONS, Talcott (1982), "Estructura social y proceso dinámico: el caso de la práctica moderna", Talcott Parsons, *El Sistema Social*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 399444.
- PENEFF, J., (1997), "Le travail du chirurgien: les operations à cœur ouvert", *Sociologie du Travail*, 3, pp. 46-56.
- PÉREZ, Fernández (1999), *La profesionalización del docente*, Madrid, Siglo XXI.
- PILLON, Thierry e VATIN, François (2003), *Traité de Sociologie du Travail*, Paris, Octares.
- PIRIOU, Odile (1999), *La sociologie des sociologues*, Paris, ENS Editions.
- PIRIOU, Odile (2000), *Les praticiens de sociologie en entreprise*, Paris, Iresco-Lsci.
- PIRIOU, Odile (2006), *La face cachée de la sociologie*, Paris, Belin.
- POTTON, Christel e WOLFGANG, Littek (2002), "The professions between state and market", in *European Societies*, 4(2), pp. 235-260.
- POUJOL, Genevieve (1989), *Profession: animateur*, Paris, Editions Privat.
- PRANDSTRALLER Gian (org.) (1980), *Sociologia delle Professioni*, Roma, Città Nuova Editrice.
- READER, W. (1966), *Professional men*, Nova Iorque, Basic

- RIBEIRO, Manuel João (1994), “Um quadro integrado da actividade sociológica: reflexão sobre uma experiência profissional”, in Associação Portuguesa de Sociologia, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa, APS, pp. 45-58.
- ROCHA, Maria Cristina (2004) *Da botica à universidade – continuidades e mudanças na construção da profissão farmacêutica em Portugal*, Porto, Livpsic.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1998), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (2004) “Entre o público e o privado: associativismo profissional em Portugal”, in FREIRE, João (org.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, pp. 257-297.
- RODRIGUES, Maria João (2003), *A agenda económica e social da União Europeia. A estratégia de Lisboa*, Lisboa, D. Quixote.
- RODRIGUEZ, Joseph (1992), “La política de las organizaciones de intereses médicos”, in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, pp. 121-159.
- ROTH, Julius A. (1974), “Professionalism. The sociologist’s decoy”, in *Sociology of Work and Occupations*, nº 1, pp. 6-23.
- SAINSAULIEU, Renaud (1995), “Le métier de sociologue en pratiques», in LEGRAND, M. *et al.*, *La sociologie et ses métiers*, Paris, L’Harmattan.
- SAINSAULIEU, Renaud *et al.*, (1987), *L’Exercice professionnel de la Sociologie*. CNRS-Iresco.
- SAKS, Mike (1995), *Professions and the public interest*, Londres, Routledge.
- SAKS, Mike (2003), “Las limitaciones de la sociología de las profesiones anglo-americana: una crítica de la actual ortodoxia neo-weberiana”, in MARTÍNEZ, Mariano Sánchez et al., (coord.), *Sociología de las Profesiones. Pasado, presente y futuro*, Murcia, Diego Marín, pp. 51-66.**
- SCHNAPPER, Dominique (2003), “Les expériences vécues dans quelques métiers de l’Etat providence”, in MENGER, Pierre Michel (dir.), *Les professions et leurs sociologues*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l’Homme: 199215.
- SEGRESTIN, Daniel (1984), *Le phénomène corporatiste*, Paris, Fayard.
- SINGLY, François (2002), «La sociologie, forme particulière de conscience», in LAHIRE, Bernard (dir.), *À quoi sert la sociologie*, Paris, La Découverte, pp. 13-42.
- STATERA, G. e AGNOLI, S. (orgs.) (1985), *Le Professioni sociologiche in Europa e in America*, Milão, Franco Angeli.
- SVENSSON, L. G. e EVETTS, J. (eds), (2003), *Conceptual and Comparative Studies of Continental European and Angloamerican Sociology of Professions*, Research Report No 129, Goteborg University.
- SVENSSON, L. G. e EVETTS, J., (2004), “Introduction” in *Knowledge, Work and Society*, Vol. 2 (2), pp. 7-14.
- TEZANOS, José (2001), *El trabajo perdido*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- TORSTENDAHL, Rolf e BURRAGE Michael, (eds.) (1990), *The Formation of Professions*, London, Sage.
- TRÉANTON, J-R (1960), «Le concept de carrière», in *Revue Française de Sociologie*, nº 1, pp. 54-69.
- TREPOS, J. (1996), *Sociologie de l’expertise*, Paris, PUF.
- TRIPPIER, Pierre (1991), *Du Travail à l’Emploi*, Bruxelles, Institut de Sociologie.
- UHALDE, Marc (dir) (2001), *L’intervention sociologique en entreprise*, Paris, Desclée de Brouwer.
- VRANCKEN, Didier (1998), «Professions, marché du travail et expertise», in COSTER, Michel e PICHULT, François (éds), *Traité de sociologie du travail*, Bruxelles, De Boeck, pp. 269-295.
- VRANCKEN, Didier (2004), “Les fondements procéduraux de l’expertise sociologique, in LEGRAND, Monique e VRANCKEN, Didier, *L’expertise du sociologue*, Paris, L’Harmattan, pp. 19-55.
- WILENSKY, Harold (1964), “The professionalization of everyone”, in *American Journal of Sociology*, nº 70, pp. 45-65.

WITZ, Anne (1992), *Professions and Patriarchy*, London, Routledge.

ZARCA, B. (1986), *L'artisanat français (du métier traditionnel au groupe social)*, Paris, Economica.

### **Résumé**

Le texte présenté envisage des principaux développements de l'analyse sociologique des professions pendant les décades les plus récentes, particulièrement dans le contexte de l'Europe continentale. Ce sera précédé de l'exposition des points théorique-méthodologiques qui ont construit le champ analytique le long du XX<sup>ème</sup> siècle. On vérifie, à présent, une intensification de la réflexion sociologique sur les groupes professionnels. Réflexion qui reprend, bien que de différente façon, quelques unes des questions qui structurent de point de vue sociologique et, en même temps, contient de nouveaux questionnements sur le phénomène professionnel. La diversité de thèmes et de points de vue ne permet pas qu'on puisse trouver une «sociologie européenne des professions». Dans un dernier point, on parlera de la production sociologique portugaise sur les groupes professionnels.

### **Mots-clés**

Professions, développements de l'analyse sociologique des professions, régulation professionnelle.